

FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE **Jundiaí** 2011

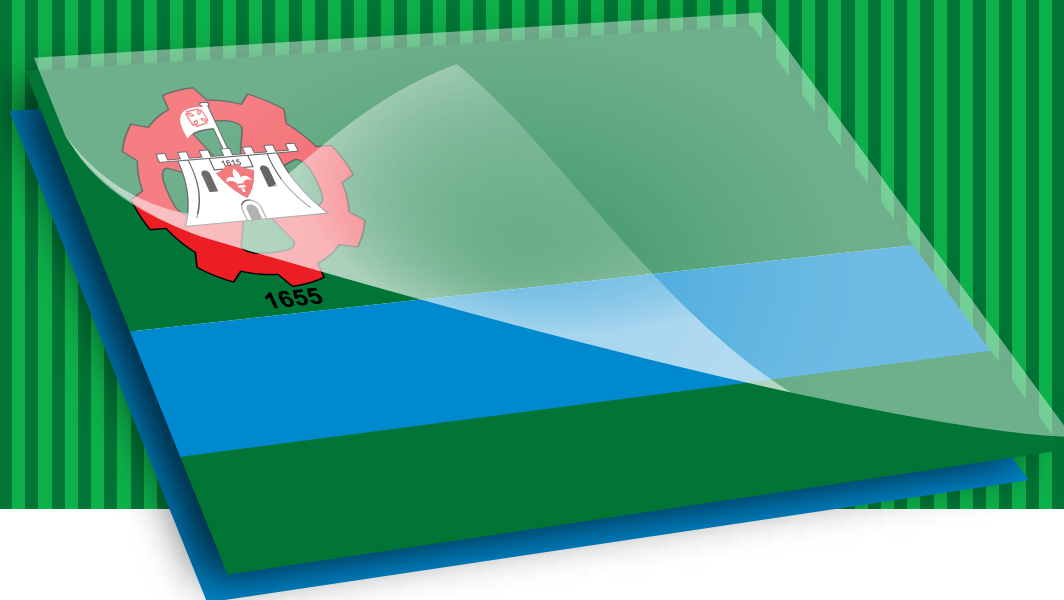
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010



ORÇAMENTO FÁCIL
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL

DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO

- ➔ De Olho no Dinheiro Público é o nome do Portal da Transparência de Jundiaí. Nele, o cidadão/contribuinte vai encontrar informações em linguagem clara e acessível sobre a execução orçamentária e financeira da Prefeitura, em atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi alterada pela Lei Complementar nº 131, em 27 de maio de 2009.
- ➔ O Portal da Transparência é administrado pela Secretaria de Finanças, e foi instituído pelo Decreto Municipal nº 22.291, em 27 de maio de 2010, com a finalidade de prestar contas para o contribuinte que paga seus impostos, demonstrando-lhe, em tempo real, a destinação do dinheiro público para ações na educação, saúde, segurança, habitação, infraestrutura urbana e tantas outras áreas.



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br>

APRESENTAÇÃO

Desde que a CARTILHA ORÇAMENTO FÁCIL foi lançada, em 2006, a Secretaria de Finanças se dedica a melhorar a qualidade da sua apresentação e, especialmente, das informações divulgadas. Tanto é que a Cartilha agora virou uma Revista, mais bonita e com inovações gráficas, para facilitar a leitura e a pesquisa pelo cidadão.

A divulgação de dados e informações importantes sobre o orçamento e a cidade, em linguagem clara e acessível, é um compromisso assumido com o leitor, que são nossos contribuintes/cidadãos, a quem devemos respeito e dedicação. A Revista também é disponibilizada na versão eletrônica para os internautas que acompanham o Portal da Transparência de Jundiaí (<http://transparencia.jundiai.sp.gov.br>), uma ferramenta moderna de acompanhamento e fiscalização do poder público municipal.

Aliás, destacamos aqui o esforço da Administração Municipal para aumentar o nível de transparência de suas ações, assim como o estímulo à participação do cidadão nas decisões que envolvem recursos públicos provenientes dos impostos pagos por todos os contribuintes, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal. É um processo no qual estamos investindo progressivamente.

Esperamos que você aprecie a Revista, que nesta edição traz informações importantes sobre o funcionamento da máquina pública municipal, sua estrutura educacional-cultural, de saúde e de prestação de serviços em áreas como segurança, habitação, assistência social, saneamento e urbanismo, entre outras.

Secretaria de Finanças

Prefeitura Municipal de Jundiaí

Parque Botânico Eloy Chaves

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIAS MUNICIPAIS

GABINETE DO PREFEITO

Prefeito Miguel Haddad

☎ 11 4589.8404 ✉ exp-gp@jundiai.sp.gov.br

GUARDA MUNICIPAL

Comandante Paulo Sérgio de Lemos G. Stel (Jacó)

☎ 11 4492.9090 ✉ comandantegm@jundiai.sp.gov.br

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE (FUNSS)

Maria Rita Steck Moubadda Haddad

☎ 11 4522.7860 ✉ semis@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Jorge Yatim

☎ 11 4589.8578 ✉ smaa@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Clóvis Marcelo Galvão

☎ 11 4589.8622 ✉ divitec@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Maria Aparecida Rodrigues Mazzola

☎ 11 4583.7300 ✉ semis@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Antônio Carlos de Castro Siqueira

☎ 11 4589.8884 ✉ asiqueira@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Oraci Gotardo

☎ 11 4589.8421 ✉ ogotardo@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

João Fernando Chaves Rodrigues (Juca)

☎ 11 4589.8405 ✉ jucarodrigues@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Carmelo Paoletti Neto

☎ 11 4589.8402 ✉ cpaoletti@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Penha Maria Camunhas Martins

☎ 11 4521.6922 ✉ culturapmj@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ari Castro Nunes Filho

☎ 11 4589.8547 ✉ smde@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Francisco José Carbonari

☎ 11 4588.5338 ✉ smepmj@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA ADJUNTA DE ESPORTES

Alaércio Borelli

☎ 11 4589.8916 ✉ sae@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

José Antonio Parimoschi

☎ 11 4589.8674 ✉ smfexpediente@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS

Dr. Gustavo Leopoldo Caserta Maryssael de Campos

☎ 11 4589.8499 ✉ smnjapoio@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Sinésio Scarabello Filho

☎ 11 4589.8463 ✉ smgos@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Jaderson José Spina

☎ 11 4589.8557 ✉ planejamento@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Carlos Umberto Rossi

☎ 11 4589.8736 ✉ smrhgs@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tânia Regina Gasparini Botelho Pupo

☎ 11 4589.8795 ✉ sms@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Walter da Costa e Silva Filho

☎ 11 4589.8522 ✉ smsp@jundiai.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Roberto Salvador Scaringella

☎ 11 4589.8764 ✉ setransp@jundiai.sp.gov.br



Paço Municipal

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS MUNICIPAIS

COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ S/A (CIJUN)

Daniel Bocalão Junior

☎ 11 4589.8823 ✉ sac@cijun.sp.gov.br

DAE S/A – ÁGUA E ESGOTO

Wilson Roberto Engholm

☎ 11 4589.1300 ✉ wilson.engholm@daejundiai.com.br

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JUNDIAÍ (ESEF)

Prof. Dr. Fernando Balbino

☎ 11 4521.7955 ✉ educacaofisica@esef.br

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ (FMJ)

Prof. Dr. Itibagi Rocha Machado

☎ 11 4587.1095 ✉ fmj@fmj.br

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA

Penha Maria Comunhas Martins

☎ 11 4521.6922 ✉ culturapmj@jundiai.sp.gov.br

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL (FUMAS)

Ademir Pedro Victor

☎ 11 4583.1722 ✉ fumas@jundiai.sp.gov.br

FUNDAÇÃO TELEVISÃO EDUCATIVA DE JUNDIAÍ (TVE)

Mônica Gropelo

☎ 11 4587.5151 ✉ diretoriatve@jundiai.sp.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (IPREJUN)

Dr. José Aparecido Marcussi

☎ 11 4589.8754 ✉ marcussi@jundiai.sp.gov.br

Vista aérea da cidade (Av. 9 de Julho) e Serra do Japi (ao fundo)



ÍNDICE

1. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	8
2. RECEITAS DA PREFEITURA	10
2.1. Receita tributária	12
2.2. Transferências correntes	13
2.2.1. Transferências do Estado	13
2.2.2. Transferências da União	15
2.3. Operação de crédito	16
3. DESPESAS DA PREFEITURA	18
3.1. Pessoal	19
3.2. Custeio	22
3.3. Dívida	24
3.4. Investimentos	25
4. DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO	28
4.1. Educação	28
4.2. Esportes e lazer	33
4.3. Cultura	36
4.4. Saúde	37
4.5. Assistência social	43
4.6. Segurança	47
4.7. Habitação	49
4.8. Saneamento e urbanismo	50
4.9. Repasses à Câmara Municipal	55
5. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	58
6. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	61

ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

A administração pública municipal é exercida por dois poderes: Executivo e Legislativo. O Poder Executivo se encarrega da prestação dos serviços públicos. Em Jundiáí, está subdividido em administração direta, representada pelas secretarias municipais; e administração indireta, formada por oito entidades, sendo três autarquias, três fundações e duas empresas públicas, conforme o esquema abaixo.

O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, representada por seus 16 vereadores, cujas funções são propor e aprovar as leis de interesse da cidade, bem como acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo.

Nessa tarefa de fiscalização dos atos do governo municipal atuam também o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a sociedade civil organizada, por meio dos conselhos municipais. O TCE é responsável pela aprovação das contas anuais das administrações direta e indireta e do Legislativo.





Mário Sérgio Escriba

Jardim Botânico

SAIBA +

O QUE SÃO OS CONSELHOS MUNICIPAIS?

Os conselhos foram criados pela Constituição Federal de 1988 como forma de garantir uma maior transparência e participação da sociedade nas decisões dos governos. É uma nova forma de relação entre o Estado e a sociedade, em que os administradores descentralizam as decisões e buscam incorporar diferentes setores sociais nas discussões e na formulação das políticas públicas.

Desde então, os conselhos presentes nos três níveis de governo (União, estados e municípios) cresceram, evoluíram

e hoje atuam na maioria dos setores da administração pública, principalmente nas áreas sociais, como saúde, educação e assistência social. Em muitos casos, a existência dos conselhos é condição fundamental para a realização de convênios e o recebimento de repasses intergovernamentais.

Para saber mais detalhes sobre os conselhos municipais de Jundiaí, acesse o portal da Prefeitura (www.jundiai.sp.gov.br), na página da Secretaria da Casa Civil.

2 RECEITAS DA PREFEITURA

Principais itens da receita | 2007-2010

Itens da receita	2007	2008	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010	Orçamento 2011 ⁴
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010				em %		em R\$ mil - correntes
1. Receita corrente deduzida (2+3+4-5)	697.666,8	777.928,1	793.205,0	898.476,4	13,3	98,6	994.556,6
2. Receita tributária	210.124,7	240.550,8	256.850,0	289.354,8	12,7	31,7	333.994,0
IPTU	55.449,0	56.836,0	65.291,1	68.458,1	4,9	7,5	80.000,0
IRRF	21.542,9	25.519,1	24.698,2	26.770,2	8,4	2,9	31.000,0
ITBI	15.883,5	18.011,4	19.431,9	33.355,4	71,7	3,7	27.000,0
ISS	95.999,7	116.634,0	122.113,8	133.189,8	9,1	14,6	161.000,0
Taxas	21.249,6	23.548,1	25.313,3	27.581,4	9,0	3,0	34.994,0
Contribuições de melhoria	-	2,3	1,7	-	-100,0	-	-
3. Transferências correntes	491.829,5	554.286,1	565.908,7	624.675,5	10,4	68,5	712.723,6
União	110.666,5	121.998,7	119.043,5	117.480,7	-1,3	12,9	123.556,5
FPM ¹	34.323,7	40.391,0	36.249,5	36.921,3	1,9	4,1	45.000,0
SUS	64.354,6	68.094,5	68.581,8	67.109,9	-2,1	7,4	67.550,0
Outras transferências da União	11.988,2	13.513,1	14.212,1	13.449,5	-5,4	1,5	11.006,5
Estado	317.616,5	359.472,9	369.909,9	418.986,8	13,3	46,0	497.475,0
QPM-ICMS ¹	265.992,0	300.687,5	307.462,5	355.908,3	15,8	39,0	424.875,0
IPVA ¹	48.233,0	55.285,3	59.874,4	59.558,5	-0,5	6,5	69.000,0
Outras transferências do Estado	3.391,5	3.500,2	2.573,0	3.520,0	36,8	0,4	3.600,0
Fundeb	52.794,2	63.200,2	65.941,4	73.019,0	10,7	8,0	81.258,0
Outras transferências correntes	10.752,2	9.614,3	11.014,0	15.189,0	37,9	1,7	10.434,2
4. Outras receitas correntes	48.202,8	52.990,9	51.650,3	75.685,9	46,5	8,3	56.779,9
Dívida ativa	8.627,5	7.834,8	7.916,4	7.309,8	-7,7	0,8	8.420,0
Demais receitas correntes	39.575,4	45.156,1	43.733,9	68.376,1	56,3	7,5	48.359,9
5. Deduções para o Fundeb	52.490,2	69.899,7	81.204,0	91.239,9	12,4	10,0	108.941,0
6. Receita de capital (7+8+9)	34.266,6	21.047,8	17.658,1	12.995,9	-26,4	1,4	2.134,0
7. Operações de crédito	7.213,1	16.928,3	12.164,3	9.389,5	-22,8	1,0	1.084,0
8. Transferências de capital	1.414,0	1.381,1	4.582,4	2.877,0	-37,2	0,3	-
9. Outras receitas de capital	25.639,5	2.738,4	911,4	729,4	-20,0	0,1	1.050,0
10. Receita total² (1+6)	731.933,4	798.975,9	810.863,2	911.472,3	12,4	100,0	996.690,6
11. Repasse à Câmara Municipal	15.728,5	15.894,6	15.244,1	18.338,2	20,3	2,0	23.070,0
12. Receita transferida à administração indireta	27.506,1	55.051,7	57.346,7	62.227,1	8,5	6,8	49.177,4
13. Receita total disponível³ da Prefeitura (10-11-12)	688.698,8	728.029,6	738.272,4	830.907,0	12,5	91,2	924.443,2

Fonte: balanços municipais. **Notas:** ¹valores sem as deduções para o Fundeb; ² não inclui a receita arrecadada pelas entidades da administração indireta; ³ receita da Prefeitura excluídos os repasses para a Câmara Municipal e para as entidades da administração indireta. ⁴valores estimados para o ano de 2011.

Em 2010, a economia brasileira recuperou-se dos efeitos da crise financeira mundial iniciada em 2008. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que é a soma de todas as riquezas produzidas no país, e a produção física industrial registraram aumentos de 7,5% e 10,5%, respectivamente, em relação a 2009. No Estado de São Paulo, a economia também acompanhou o desempenho nacional, com um crescimento de 6,9% do PIB e de 10,1% da produção física industrial, no mesmo período.

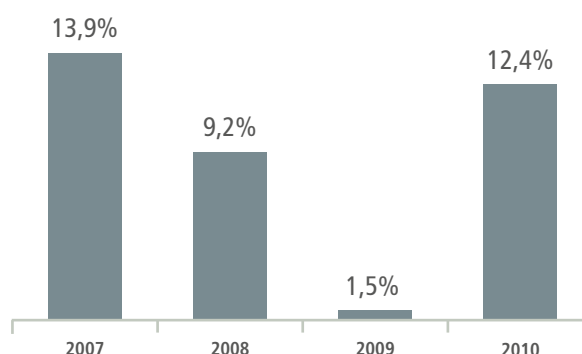
Como já era de se esperar, essa recuperação da economia impactou positivamente as receitas públicas. O Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo registraram, ambos, uma expansão da receita corrente de 9,2%, entre 2009 e 2010. No Município de Jundiaí, o aumento da receita total da Prefeitura foi de 12,4%, saltando de R\$ 810,9 milhões para R\$ 911,5 milhões. Com base nesse crescimento da economia brasileira no ano de 2010 e nas boas perspectivas, o orçamento previsto para 2011 é da ordem de R\$ 996,7 milhões.

O desempenho da receita de Jundiaí deveu-se ao crescimento da transferência estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do aumento da arrecadação dos tributos municipais, sobretudo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

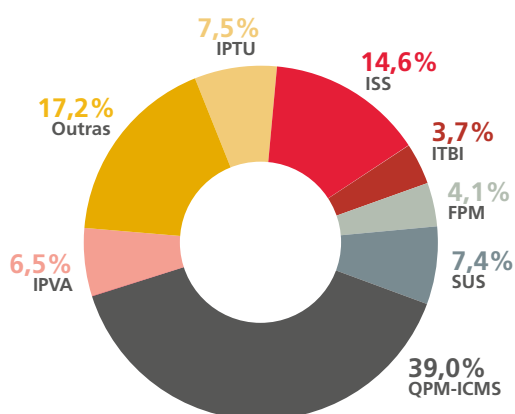
Evolução da receita total em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



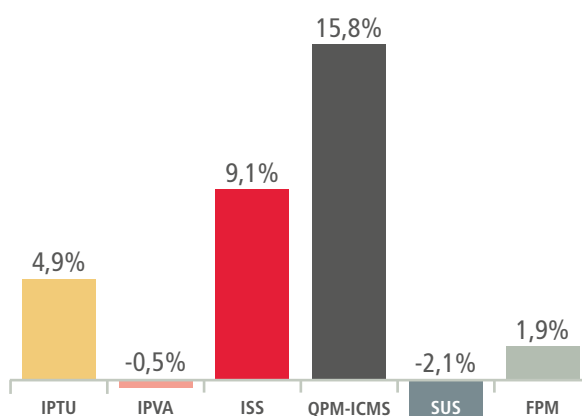
Taxas de crescimento da receita total | 2010/2009



Composição da receita total | 2010



Taxas de crescimento dos principais itens da receita | 2010/2009



As dez maiores receitas da Prefeitura Municipal de Jundiá | 2010

Itens da receita	Origem	Valor em R\$ mil	Participação na receita total	Participação acumulada
1. QPM-ICMS	Transferência estadual	355.908,3	39,0%	39,0%
2. ISS	Tributo municipal	133.189,8	14,6%	53,7%
3. IPTU	Tributo municipal	68.458,1	7,5%	68,5%
4. SUS	Transferência federal	67.109,9	7,4%	61,0%
5. IPVA	Transferência estadual	59.558,5	6,5%	75,1%
6. FPM	Transferência federal	36.921,3	4,1%	79,1%
7. ITBI	Tributo municipal	33.355,4	3,7%	88,7%
8. Taxas	Tributo municipal	27.581,4	3,0%	85,1%
9. IRRF	Retenção municipal	26.770,2	2,9%	82,1%
10. Operações de crédito	Receita de capital	9.389,5	1,0%	89,8%
Total da dez maiores		818.242,4	89,8%	89,8%
Outras receitas	Diversas	93.230,0	10,2%	100,0%
Total		911.472,3	100,0%	100,0%

Fonte: balanços municipais.

2.1 RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária municipal é formada pela arrecadação dos impostos que estão sob a administração direta da Prefeitura, tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) e o Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), pelas taxas municipais, e pelas contribuições de melhoria (veja mais detalhes no quadro ao lado).

Em 2010, a receita tributária da Prefeitura de Jundiá alcançou R\$ 289,4 milhões, R\$ 32,5 milhões a mais do que havia sido arrecadado no ano anterior. Os maiores responsáveis por essa expansão foram o ITBI e o ISS.

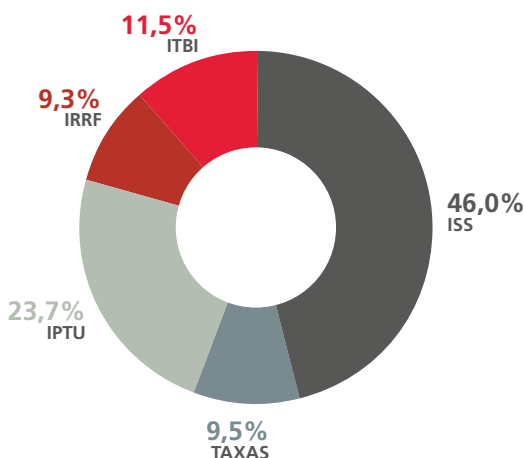
A receita de ITBI expandiu-se de R\$ 19,4 milhões para R\$ 33,4 milhões, um aumento de 71,7%, entre 2009 e 2010. Um dos fatores que influenciou nesse expressivo crescimento foi o recente aquecimento do mercado imobiliário, impulsionado principalmente pelas transações de compra e venda à vista. Entre 2006 e 2010, a taxa média de crescimento anual desse imposto foi de 35,4%. Deve-se ressaltar que, em 2010, houve uma transação expressiva de um imóvel no setor industrial do Município, que gerou sozinho um ITBI de mais de R\$ 7 milhões, o que representou quase a metade do aumento absoluto real obtido nesse ano. Mesmo desconsiderando essa transação imobiliária, o aumento real do ITBI foi de 35,6%, o que ainda pode ser considerado um excelente desempenho.

O ISS é a segunda maior receita de Jundiá, atrás apenas dos repasses estaduais da Quota-parte Municipal do ICMS (QPM-ICMS).

Em 2010, o recolhimento do ISS foi de R\$ 133,2 milhões, superando em 9,1% o do ano anterior, já descontada a inflação do período, o que equivaleu a um adicional de recursos de R\$ 11,1 milhões.

A arrecadação do IPTU aumentou em R\$ 3,2 milhões, o que representou 4,9% a mais do que em 2009, totalizando R\$ 68,5 milhões. O IPTU também é um tributo de grande relevância para o Município, sendo sua terceira maior fonte de receita. O IRRF, após amargar uma queda de 3,2%, entre 2008 e 2009, devido às alterações das alíquotas de cobrança por parte do governo federal, apresentou uma boa recuperação em 2010, com um crescimento de 8,4%, superando em R\$ 1,3 milhão o nível de arrecadação do ano de 2008. Já o recolhimento das taxas municipais aumentou quase R\$ 2,3 milhões, totalizando R\$ 27,6 milhões em 2010.

Composição da receita tributária | 2010



SAIBA +

A distribuição das competências tributárias entre os entes da federação está definida na Constituição Federal de 1988, artigos 145 a 162. Aos municípios coube a arrecadação e a administração dos seguintes tributos:

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos e seu fato gerador são os serviços listados na Lei Federal Complementar nº 116/03.

IPTU

O fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Jundiaí as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis por ato oneroso ou por cessão de direito e a

base de cálculo do imposto é o valor venal do bem. Em Jundiaí, a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação, o que for maior.

IRRF

O Imposto sobre a Renda é um tributo federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo o rendimento pago pelas prefeituras, como salários, aposentadorias e pensões, é contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União. Essa parcela é denominada de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF).

TAXAS MUNICIPAIS

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas dividem-se em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas relacionadas à prestação de serviços, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, como a taxa de limpeza pública. O segundo, por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades públicas de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

2.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Conforme determina a Constituição Federal, uma parte das receitas arrecadadas pela União deve ser repartida entre os estados e os municípios de todo o país, e uma parte da arrecadação dos estados deve ser distribuída entre seus respectivos municípios. Em Jundiaí, 68,5% da receita total de 2010 foram procedentes de transferências correntes, das quais 12,9% provieram da União, 46% do Estado, 8% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e 1,7% de fontes menores, como convênios e outras.

2.2.1 TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

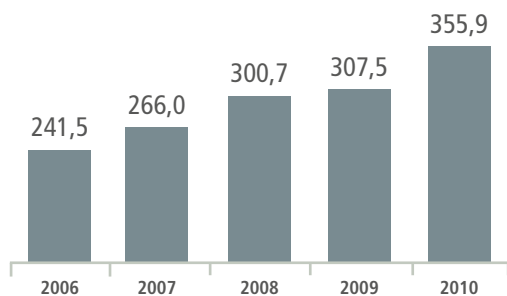
De acordo com a legislação vigente, os estados devem repassar aos municípios uma parcela do produto da arrecadação do ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), além de um percentual

das transferências federais do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados à exportação (IPI-exportação) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Entre esses, as maiores receitas provêm do ICMS e do IPVA (veja mais detalhes no quadro a seguir).

Os repasses do ICMS constituem a maior fonte individual de recursos da Prefeitura de Jundiaí. Em 2010, o Município recebeu R\$ 355,9 milhões, 15,8% a mais, comparado a 2009, o que significou um incremento de R\$ 48,4 milhões – o maior aumento, tanto em termos absolutos quanto relativos, desde 2002. Esse crescimento deveu-se a dois fatores conjugados: primeiro, à elevação de 3,4% no Índice de Participação do Município (IPM) de Jundiaí para o ano de 2010; e, segundo, ao aumento de 11,4% da arrecadação estadual de ICMS, resultado fortemente influenciado pelo aumento do nível de atividade econômica no Estado de São Paulo, cujo PIB apresentou uma alta de 6,9%.

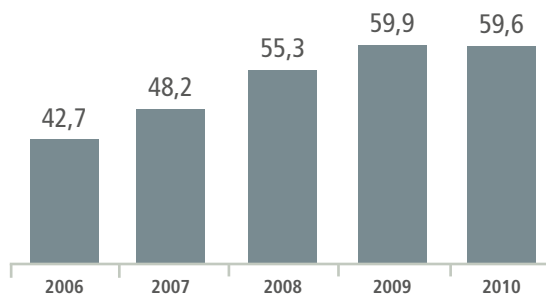
Evolução da QPM-ICMS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Evolução do IPVA

em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



As transferências do IPVA totalizaram R\$ 59,6 milhões em 2010, praticamente o mesmo valor do ano anterior,

em valores já corrigidos da inflação, apesar da frota ter aumentado 7,5% em relação a 2009.

SAIBA +

ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência dos estados. Segundo a Constituição Federal e legislação complementar, os estados devem repassar 25% da arrecadação desse imposto aos seus respectivos municípios.

Para dividir a quota do ICMS entre os municípios de um Estado, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPM). Esses índices são calculados anualmente, de acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal, que determina que, no mínimo, 75% do ICMS dos estados sejam repartidos entre os seus respectivos municípios, adotando como critério de distribuição o

valor adicionado de cada cidade. Os 25% restantes são divididos conforme critérios próprios adotados em cada Estado (veja no gráfico abaixo a evolução do IPM de Jundiaí).

Evolução do IPM de Jundiaí

em %



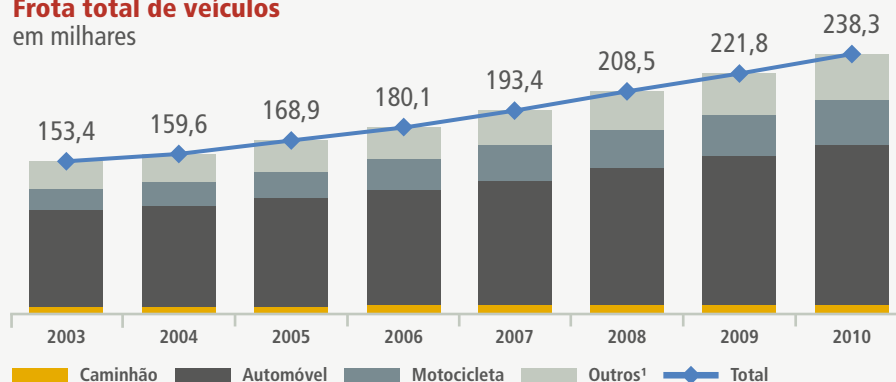
IPVA

O IPVA é arrecadado pelos governos estaduais. Do total do IPVA recolhido, 50% ficam com o Estado e a outra metade é repassada ao município em que o veículo foi licenciado. Dessa forma, o crescimento

da receita do IPVA em Jundiaí está diretamente relacionado ao aumento da frota de veículos da cidade. Entre 2003 e 2010 a frota de Jundiaí aumentou em 55,3%.

Frota total de veículos

em milhares



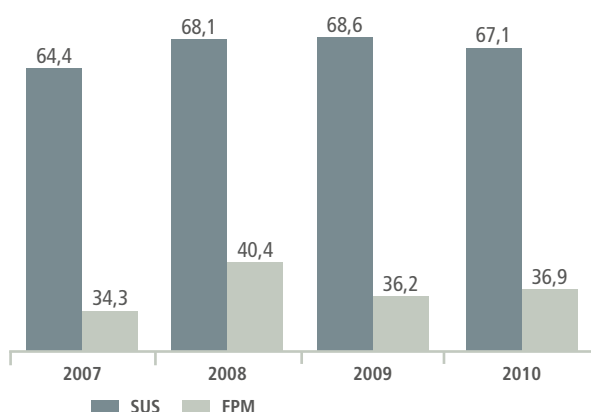
2.2.2 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

Entre as transferências da União para os municípios, as mais importantes são a quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Veja mais detalhes no quadro ao lado.

Em 2009, o FPM foi afetado pela crise econômica mundial, sofrendo uma queda de 10,3% em termos reais, após cinco anos de forte expansão. Em 2010, cresceu apenas 1,9%, quando totalizou R\$ 36,9 milhões, desempenho que pode ser considerado inexpressivo, haja vista que a base da comparação, ou seja, o ano anterior, foi bastante fraca.

As transferências da União para auxiliar no custeio dos serviços do SUS tiveram uma queda de 2,1%, o que equivaleu a uma redução de R\$ 1,5 milhão. No total, Jundiá recebeu R\$ 67,1 milhões de repasses para o SUS, o que cobriu apenas 27% de todo gasto efetuado com o sistema público de saúde no Município.

Evolução do FPM e da transferência para o SUS em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Transferências da União para o SUS e gasto municipal com saúde | 2010 em R\$ milhões



SAIBA +

FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é formado por 23,5% da receita líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O FPM é subdividido em três fundos: a) FPM-Interior: formado por 86,4% do FPM total e distribuído a todos os municípios, exceto as capitais, de acordo com os coeficientes que consideram o tamanho populacional, definidos pelo Decreto-lei nº 1.881/81; b) FPM-Capital: formado por 10% do FPM total e distribuído às capitais, de acordo com coeficientes que consideram o tamanho populacional da capital e o inverso da renda per capita do Estado; e, c) FPM-Reserva: formado por 3,6% do FPM total e distribuído às cidades do interior com mais de 142.633 habitantes, com base em coeficientes calculados da mesma forma daqueles para a repartição do FPM-Capital.

SUS (UNIÃO E ESTADOS)

O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos recursos próprios do município (15%, no mínimo, da receita de impostos e algumas transferências). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Já o FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.

Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal.

Além das transferências para o SUS, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados também repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

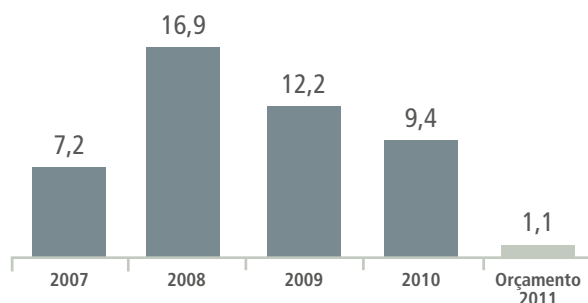
2.3 OPERAÇÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito são empréstimos e financiamentos contraídos pelos governos junto às instituições financeiras oficiais. Segundo a Lei Federal nº 4.320/64, que dispõe sobre a elaboração dos orçamentos e balanços da administração pública, as operações de crédito são classificadas como receita de capital, pois são utilizadas para a formação de bens de capital, por exemplo, construções de instalações públicas, infraestrutura de transporte, aquisições de equipamentos, entre outras.

Em 2010, a Prefeitura de Jundiá recebeu mais R\$ 9,4 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF) para a continuação do Programa Saneamento para Todos. Os recursos estão sendo utilizados para a realização de obras de recuperação e canalização de córregos, implantação de galerias pluviais, entre outras. O objetivo final do programa é acabar com

todos os pontos de inundação e enchentes do Município. Ao todo foram contratados R\$ 43,3 milhões, dos quais R\$ 32,7 milhões já foram liberados. Os demais recursos serão repassados de acordo com o andamento das obras.

Receita de operação de crédito
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS (PMAT)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do PMAT, financia projetos de investimentos da administração pública que objetivam promover maior eficiência na arrecadação tributária e aprimoramento da alocação dos gastos municipais. Ou seja, suas ações visam a aumentar o volume das receitas e a reduzir o valor do custo unitário dos serviços públicos,

principalmente aqueles ligados à administração geral, saúde e educação.

Em 2007, após saldar o primeiro contrato, a Prefeitura iniciou a segunda fase do PMAT, orçado em R\$ 7,3 milhões, cujas ações de modernização contemplam cinco áreas distintas: tributária; orçamentária e financeira; administração geral; saúde; e assistência social (veja mais detalhes no quadro abaixo). Essa fase, chamada de PMAT II, encontra-se em andamento.

Ações previstas no PMAT II do BNDES

Ações	Valor do projeto	Realizado até 2010	A realizar
	em R\$ - valores correntes		
Área Tributária	6.430.433,57	3.194.984,85	3.235.448,72
Ação 01. Implementação do Sistema de Custos	678.100,00	575.750,00	102.350,00
Ação 02. Implantação da Escola de Governo	556.000,00	-	556.000,00
Ação 03. Implantação parcial do Sistema de Geoprocessamento	1.957.000,00	307.070,00	1.649.930,00
Ação 04. Atualização tecnológica; Implantação de sistema para segurança da informação	1.299.360,00	1.101.238,63	198.121,37
Ação 05. Equipamentos de apoio à fiscalização	230.000,00	228.306,55	1.693,45
Ação 06. Informatização da administração tributária	777.202,71	775.514,71	1.688,00
Ação 07. Plano estratégico e implantação do Balanced Scorecard	542.770,86	7.500,00	535.270,86
Ação 08. Gestão por processos	390.000,00	199.604,96	190.395,04
Área Orçamentária e Financeira	24.521,92	20.300,00	4.221,92
Ação 01. Informatização da administração orçamentária e financeira	24.521,92	20.300,00	4.221,92
Administração Geral	163.342,00	163.342,00	-
Ação 01. Implantação do plano de cargos e salários, capacitação dos servidores e adequação física	163.342,00	163.342,00	-
Área da Saúde	510.000,00	97.200,00	412.800,00
Ação 01. Implantação de gestão hospitalar	510.000,00	97.200,00	412.800,00
Área de Assistência Social	153.000,00	153.000,00	-
Ação 01. Informatização da Assistência Social	153.000,00	153.000,00	-
Total	7.281.297,49	3.628.826,85	3.652.470,64

Fonte: Secretaria de Finanças.

3 DESPESAS DA PREFEITURA

Principais itens da despesa | 2007-2010

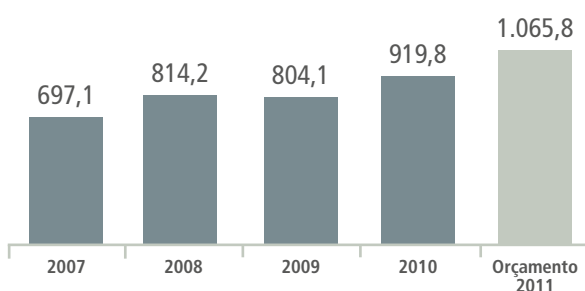
Itens da despesa	2007	2008	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010	Orçamento 2011 ³
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010				em %		em R\$ mil - corrente
1. Pessoal	258.602,8	290.338,6	315.184,3	324.929,2	3,1	38,7	435.190,6
Ativos	246.998,5	278.231,5	304.142,1	313.452,3	3,1	37,3	416.726,8
Inativos	7.307,0	7.569,8	6.641,6	7.745,5	16,6	0,9	9.844,0
Pensionistas	2.199,2	2.275,7	1.975,7	804,4	-59,3	0,1	2.424,9
Salários-família	2.098,2	2.261,6	2.424,8	2.927,1	20,7	0,3	6.194,9
2. Custeio	280.127,0	311.991,7	315.856,9	381.614,0	20,8	45,5	446.562,0
Material de consumo	37.590,5	39.508,9	43.912,3	55.796,4	27,1	6,6	47.528,5
Serviços de terceiros	151.339,3	200.384,8	218.710,1	302.963,9	38,5	36,1	369.861,8
Outras despesas de custeio	91.197,2	72.098,0	53.234,6	22.853,7	-57,1	2,7	29.171,7
3. Juros e amortizações da dívida	39.699,6	40.855,9	39.783,7	37.004,2	-7,0	4,4	40.045,0
4. Investimentos¹	75.399,5	100.059,0	60.694,8	95.713,7	57,7	11,4	71.782,9
5. Despesa da Prefeitura (1+2+3+4)	653.828,8	743.245,3	731.519,6	839.261,1	14,7	100,0	993.580,6
6. Repasse para Câmara Municipal	15.728,5	15.894,6	15.244,1	18.338,2	20,3	2,2	23.070,0
7. Transferência para a administração indireta	27.506,1	55.051,7	57.346,7	62.227,1	8,5	7,4	49.177,4
8. Despesa total² (5+6+7)	697.063,4	814.191,6	804.110,4	919.826,4	14,4	109,6	1.065.827,9

Fonte: balanços municipais. **Notas:** ¹refere-se à despesa de capital, exceto as amortizações da dívida; ² inclui o que é repassado às entidades da administração indireta para a Câmara, porém não inclui a despesa das indiretas realizadas com seus recursos próprios; ³ valores estimados para o ano de 2011.

As despesas públicas englobam todas as saídas de recursos para a aquisição de bens e o custeio de serviços colocados à disposição da sociedade, tais como o pagamento dos servidores, a compra de material de consumo e de equipamentos, a construção e manutenção de imóveis e de vias públicas, entre outros.

Acompanhando o aumento das receitas em 2010, os gastos da Prefeitura de Jundiaí, juntamente com a Câmara e os demais órgãos da administração indireta, cresceram 14,4%, o que representou uma alta real de R\$ 115,7 milhões em relação a 2009. Os recursos repassados para a Câmara Municipal foram 20,3% maiores em relação ao ano anterior e as transferências aos órgãos ligados à administração indireta tiveram um aumento de 8,5%. As despesas da Prefeitura propriamente dita aumentaram em 14,7%.

Evolução da despesa total em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

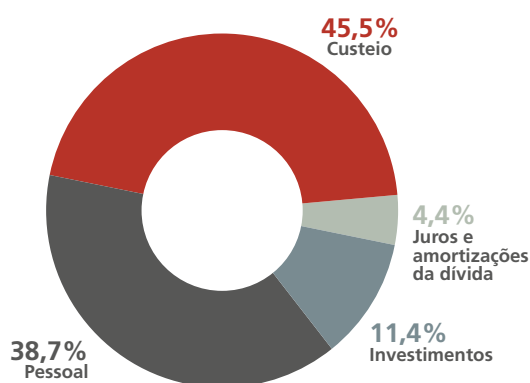


Tradicionalmente, as despesas com pessoal e custeio consomem a maior parte dos recursos em uma administração pública. Na Prefeitura de Jundiaí, esses gastos representaram, respectivamente, 38,7% e 45,5% do total, em 2010. Como esses dois itens estão ligados diretamente à prestação de serviços

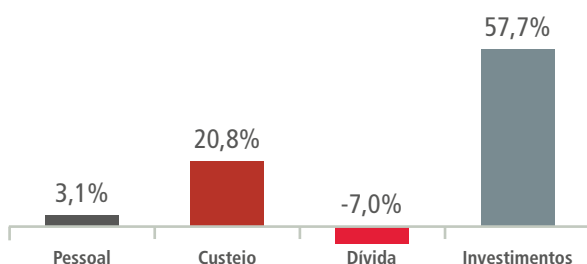
públicos, cuja demanda por parte da sociedade é crescente, torna-se extremamente difícil sua redução ao longo dos anos.

Já as despesas com juros e amortizações da dívida registraram uma queda de 7%, reduzindo sua participação na despesa total em um ponto percentual, entre 2009 e 2010, quando atingiu 4,4%. Os dispêndios com investimentos cresceram 57,7%, e voltaram praticamente ao mesmo patamar de 2008, com uma participação de 11,4% na despesa total da Prefeitura.

Composição da despesa total | 2010



Taxa de crescimento dos principais itens da despesa | 2010/2009

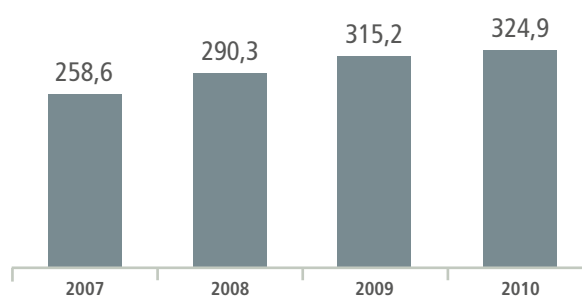


3.1 PESSOAL

Os recursos destinados à folha de pagamento de pessoal da Prefeitura apresentaram uma expansão real de 3,1% em 2010, totalizando R\$ 324,9 milhões, o que representou um incremento de R\$ 9,7 milhões em relação a 2009. Essa

expansão se deu, em grande parte, pelo aumento de 7,5% na quantidade de servidores em atividade, que passaram de 6.377 para 6.858 no período.

Evolução da despesa com pessoal em R\$ milhões - IPCA médio de 2010

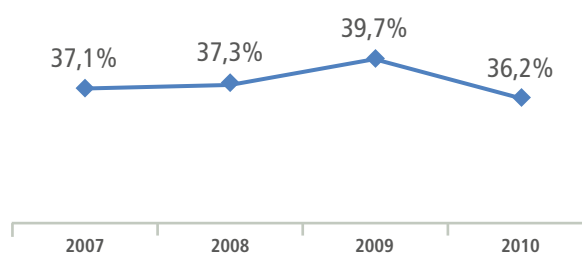


A variação nos gastos com os servidores inativos e os pensionistas foi praticamente nula, de -0,8%, com uma redução real de R\$ 67,4 mil, entre 2009 e 2010. Já as despesas com salário-família passaram de R\$ 2,4 milhões para R\$ 2,9 milhões, com um incremento de R\$ 502,2 mil.

A composição das despesas com pessoal tem oscilado de forma moderada ao longo dos anos. A participação dos gastos com os servidores em atividade manteve-se constante nos últimos anos, variando entre 95,5% e 96,5% do total da folha.

O bom desempenho da receita em 2010, associado ao aumento controlado da despesa com pessoal, contribuiu para a redução, de 39,7% para 36,2%, do indicador de participação desse gasto na receita corrente, corrigindo a distorção gerada pela crise financeira em 2009.

Evolução da despesa com pessoal em relação à receita corrente



O gasto com pessoal entre os órgãos administrados diretamente pela Prefeitura aumentou de forma mais expressiva na Secretaria de Saúde, para onde foram alocados recursos adicionais de R\$ 5,9 milhões, o que correspondeu a um aumento de 10%. Na Guarda Municipal o aporte de recursos para a área de pessoal foi de R\$ 2,6 milhões. As maiores quedas ocorreram no Gabinete do Prefeito (-5%)

e na Secretaria de Educação e Esportes (-4%).

Apesar de ter expandido seu quadro de pessoal (veja a tabela Número de servidores por secretaria), a redução dos gastos na Secretaria de Educação e Esportes ocorreu devido a alterações na classificação orçamentária das despesas de pessoal, cujo item auxílio-transporte passou a ser contabilizado em outras despesas correntes.

SAIBA +

LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL NA LRF

A Lei Federal Complementar nº 101/00 (LRF), estabelece alguns indicadores de controle sobre as finanças públicas, que devem ser observados pelas três esferas de governo, cabendo ao ente público, no caso de descumprimento, diversas penalidades. Um desses indicadores estabelece um limite máximo para os gastos com pessoal.

De acordo com a LRF, a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal não poderá exceder a 54% do total da receita corrente líquida (RCL), caso contrário o município

ficará impedido de receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; e contratar operações de crédito, enquanto perdurar o excesso.

A RCL utilizada para o cálculo dos indicadores da LRF corresponde à receita corrente, excluídas as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e as deduções para o Fundeb. Em 2010, o comprometimento da RCL com pessoal do Executivo jundiáense ficou em 33,2%, ante os 54% permitidos pela LRF.

Despesa com pessoal por secretaria

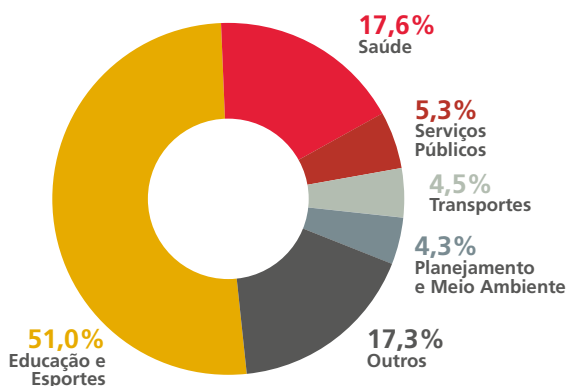
Secretaria municipal	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Educação e Esportes	123.101,3	118.213,5	-4,0	36,4
Saúde	58.761,6	64.662,1	10,0	19,9
Guarda Municipal	18.293,2	20.860,3	14,0	6,4
Planejamento e Meio Ambiente	20.047,2	20.178,6	0,7	6,2
Serviços Públicos	16.475,5	17.008,8	3,2	5,2
Outras	78.505,4	84.006,0	7,0	25,9
Total	315.184,3	324.929,2	3,1	100,0

Fonte: balanços municipais.

Com relação aos 481 servidores contratados em 2010, a maioria (62,2%) foi alocada na Secretaria de Educação e Esportes, que emprega pouco mais da metade do total em atividade. Os demais foram direcionados para as secretarias de Saúde (20,0%), Assistência e Desenvolvimento Social (5,8%), Transporte (4,4%) e, em número menor, em outras secretarias, como mostra a tabela na página seguinte.

Quase todos os servidores ativos de Jundiá, 87%, estão vinculados ao regime estatutário de contratação, e os demais, contratados em outros tipos de regime trabalhista, como comissionado (6,3%), celetista (2,5%), temporário (0,6%) e outros (3,6%). Os servidores aposentados e os pensionistas tiveram uma redução de 3,8% em 2010, totalizando 331.

Distribuição dos servidores ativos por secretaria | 2010



Número de servidores por secretaria

Secretaria municipal	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
			em %	
Educação e Esportes	3.200	3.499	9,3	51,0
Saúde	1.110	1.206	8,6	17,6
Serviços Públicos	353	361	2,3	5,3
Transportes	288	309	7,3	4,5
Planejamento e Meio Ambiente ¹	288	296	2,8	4,3
Guarda Municipal	281	275	-2,1	4,0
Finanças	152	156	2,6	2,3
Assistência e Desenvolvimento Social	120	148	23,3	2,2
Administração	121	120	-0,8	1,7
Obras	98	112	14,3	1,6
Casa Civil	69	65	-5,8	0,9
Negócios Jurídicos	64	64	0,0	0,9
Recursos Humanos	69	59	-14,5	0,9
Cultura	44	58	31,8	0,8
Agricultura e Abastecimento	32	37	15,6	0,5
Desenvolvimento Econômico	25	28	12,0	0,4
Comunicação Social	30	27	-10,0	0,4
Gabinete do Prefeito	18	19	5,6	0,3
Assuntos Fundiários	10	11	10,0	0,2
Assuntos Parlamentares	5	8	60,0	0,1
Total de servidores ativos	6.377	6.858	7,5	100,0
Inativos e pensionistas ²	344	331	-3,8	-
Servidores cedidos ³	73	89	21,9	-
Total geral	6.794	7.278	7,1	-

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos. **Notas:** ¹ constam servidores do quadro especial – DAE S/A; ² servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ); ³ servidores cedidos a outros órgãos (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, entre outros).





Número de servidores por vínculo

Vínculo	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
			em %	
Estatutários	5.549	6.045	8,9	87,0
Comissionados	430	438	1,9	6,3
Celetistas	195	177	-9,2	2,5
Temporários ¹	8	39	387,5	0,6
Outros ²	268	248	-7,5	3,6
Total ativos	6.450	6.947	7,7	100,0
Inativos e pensionistas ³	344	331	-3,8	-
Total	6.794	7.278	7,1	-

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos. **Notas:** ¹ contratação temporária de médicos, professores, operadores de máquinas, entre outros; ² servidores municipalizados, saúde, educação; ³ servidores ou pensionistas (aposentadorias custeadas pela PMJ).

3.2 CUSTEIO

As despesas com custeio englobam todos os gastos empenhados na manutenção dos serviços públicos em funcionamento, bem como as obras de conservação, adaptação e manutenção do patrimônio público. Os gastos com pessoal e juros e encargos da dívida, mesmo sendo itens do custeio, foram tratados separadamente nesta publicação.

Na gestão das cidades, dos estados e também da União, a despesa com o custeio está, geralmente, bastante atrelada aos investimentos já realizados. Por exemplo, após a construção de novos postos de saúde, hospitais, escolas, postos de atendimento ao cidadão, como Poupatempo e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), entre tantos outros investimentos, são necessários recursos para colocá-los em funcionamento. Além das pessoas que serão contratadas, os serviços que serão prestados nesses locais deverão ser mantidos através do consumo de energia elé-

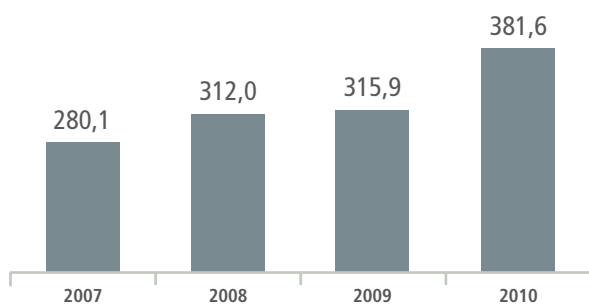
trica, serviços de telefonia, compras de materiais diversos, como medicamentos, materiais ambulatoriais, de limpeza e de escritório, combustíveis e peças para os veículos, dentre uma infinidade de outros itens. Também os investimentos em urbanização, como vias públicas, pontes e viadutos, canais, iluminação pública, praças, parques e jardins, necessitam de manutenção periódica realizada através das despesas de custeio. Dessa forma, os investimentos refletem-se no crescimento dos custeios e esse impacto deve ser previsto por um bom planejamento fiscal, capaz de avaliar se a receita do ente público terá condições de suportar gastos adicionais. Campanhas educativas, programas de saúde pública, pesquisas e serviços especializados muitas vezes não dependem diretamente de investimentos em infraestrutura física, mas também fazem parte do custeio.

Em Jundiá, a fim de enfrentar os efeitos da crise econô-

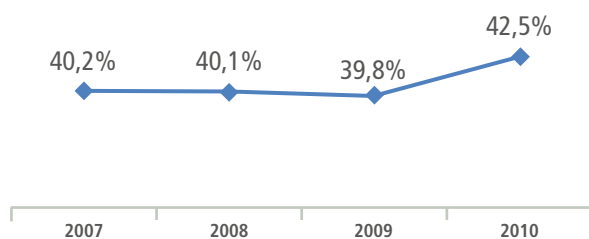
mica que estancou o crescimento das receitas, a despesa com custeio foi reprimida em 2009, mantendo-se praticamente estável com uma variação real de apenas 1,2%, chegando a R\$ 315,9 milhões. Em 2010, o custeio registrou uma alta de 20,8%, totalizando R\$ 381,6 milhões. É importante ressaltar que uma parte desse aumento deveu-se a uma reclassificação contábil de algumas despesas que migraram de pessoal para compor o item de custeio, por exemplo, o auxílio-transporte, que respondeu por 21,8% do incremento realizado em 2010. Se esse item fosse desconsiderado da análise, a expansão do custeio teria sido de 16,3%.

A reclassificação contábil e a ampliação do custeio elevaram a participação desse item na receita corrente de 39,8%, em 2009, para 42,5%, em 2010, a segunda maior desde 2002.

Evolução da despesa com custeio em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



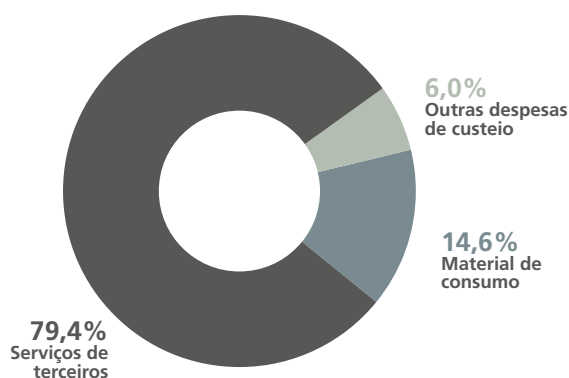
Evolução da despesa com custeio em relação à receita corrente



A despesa com custeio considerada nesta publicação pode ser subdividida em três grandes categorias: a) materiais de consumo; b) serviços de terceiros; e c) outras despesas de custeio. Geralmente, nas administrações municipais os serviços de terceiros são a maior parcela, pois incluem os custos de saúde, educação, iluminação pública, coleta e destinação do lixo e das obras de manutenção, itens comumente

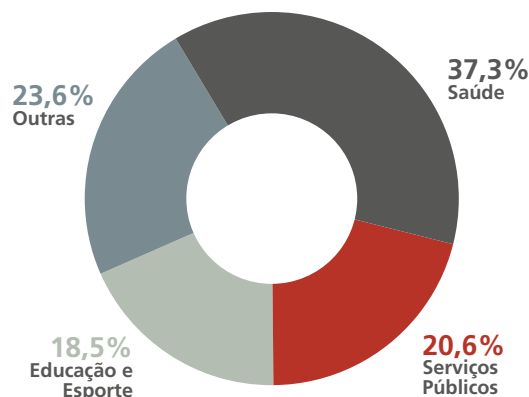
mais elevados. Esses serviços de terceiros são realizados por empresas contratadas por meio de processos licitatórios. Em 2010, essa categoria consumiu 79,4% do custeio, o que representou um gasto de R\$ 303,0 milhões. Já com materiais de consumo, o município despendeu R\$ 55,8 milhões, o que equivaleu a 14,6% desse gasto. Outras despesas menores somadas representaram os 6,0% restantes.

Composição da despesa de custeio | 2010



Assim como a Secretaria de Educação e Esportes detém a maior participação na despesa com pessoal em Jundiaí, a de Saúde é o órgão que consome a maior parte dos gastos com custeio (37,3%), seguida pela de Serviços Públicos (20,6%) e pela de Educação e Esportes (18,5%). A grande participação da Saúde no total dessa despesa deve-se aos custos elevados de manutenção da área, que abrangem medicamentos de alto custo, materiais de consumo hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais, manutenção de instalações e equipamentos, entre outros.

Despesa de custeio por secretaria | 2010



Despesas com custeio por secretaria

Secretaria municipal	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			em %
Saúde	135.368,4	142.321,2	5,1	37,3
Serviços Públicos	71.002,7	78.791,8	11,0	20,6
Educação e Esportes	53.838,0	70.520,1	31,0	18,5
Outras	55.647,8	89.980,9	61,7	23,6
Total	315.856,9	381.614,0	20,8	100,0

Fonte: balanços municipais.

3.3 DÍVIDA

O conceito de gastos com a dívida utilizado nesta publicação agrega a despesa corrente com juros e encargos da dívida e a de capital com amortizações da mesma. Entre 2009 e 2010, essa despesa recuou 7%, o que representou uma economia de R\$ 2,8 milhões, passando de R\$ 39,8 milhões para R\$ 37,0 milhões, respectivamente. Esse montante equivaleu a 4,1% da receita corrente do Município em 2010, a menor relação desde 2002, o que revela uma gestão eficiente da dívida pública.

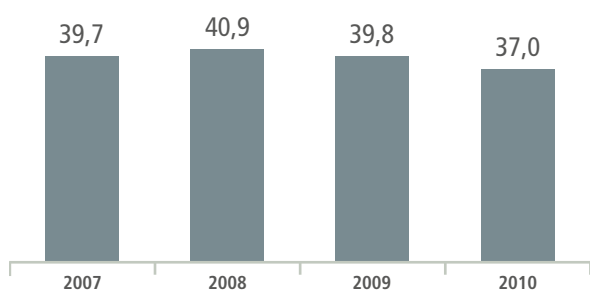
A maior parte dessa despesa (65,5%) foi destinada ao pagamento de juros da dívida consolidada (ou fundada), que engloba todas as obrigações a pagar com prazo de vencimento superior a 12 meses. O restante refere-se às amortizações do principal.

Em geral, a dívida fundada é composta por operações de crédito contratadas para a realização de grandes inves-

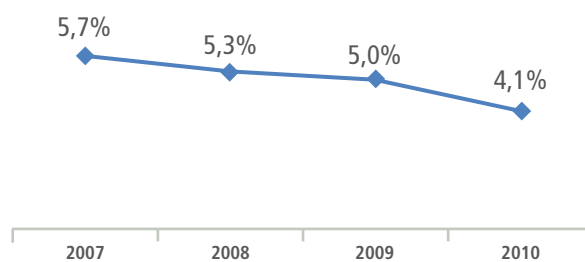
timentos ou para o refinanciamento de dívidas anteriores. Os maiores credores do Município de Jundiá são o Banco do Brasil (53,5% do total da dívida fundada), o Instituto de Previdência do Município de Jundiá (IPREJUN), com 32,2%, e a Caixa Econômica Federal (CEF), com 9,9%. Cabe destacar que, em 2010, a Prefeitura quitou o contrato de operação de crédito junto ao BNDES para a realização das obras do Sistema Integrado de Transporte Urbano (SITU). Além disso, o Município realizou o pagamento de mais R\$ 14,2 milhões em precatórios.

Os precatórios são dívidas originárias de condenações judiciais contra a Fazenda Pública. Quando se esgotam as possibilidades de recursos, a ação é transformada em precatório e o ente público é obrigado a quitar a dívida com o credor. Geralmente, essas dívidas estão relacionadas à desapropriações e sentenças trabalhistas.

Evolução dos gastos com a dívida em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Evolução dos gastos com a dívida em relação à receita corrente



SAIBA +

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO NA LRF

A Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em conjunto com a LRF, limitam a dívida consolidada líquida municipal ao máximo de 120% da receita corrente líquida. A dívida consolidada líquida equivale à dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Em Jundiaí, o montante da dívida consolidada líquida equivaleu a apenas 16,2% da receita corrente líquida,

bem abaixo do teto de 120% determinado pela legislação. Isso significa que o município ainda possui uma grande margem para a captação de novos recursos, que podem ser utilizados em investimentos, caso haja necessidade. Com o objetivo de avaliar o grau de endividamento da Prefeitura, excepcionalmente para esse cálculo desconsiderou-se os ativos do IPREJUN embora os mesmos sejam considerados no cálculo da dívida consolidada líquida do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Perfil da dívida fundada 2009/2010

Itens da dívida fundada	31/12/2009	31/12/2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - correntes		em %	
Operações de crédito	191.609,5	207.795,4	8,4	64,5
Banco do Brasil	158.648,7	172.402,8	8,7	53,5
Caixa Econômica Federal	23.834,1	31.950,4	34,1	9,9
BNDES	9.126,6	3.442,1	-62,3	1,1
SITU	4.108,3	-	-100,0	-
PMAT	2.600,4	2.141,5	-17,6	0,7
FINAME	2.417,9	1.300,6	-46,2	0,4
Outras dívidas	119.267,2	114.617,8	-3,9	35,5
IPREJUN dívida	31.931,0	33.056,7	3,5	10,3
IPREJUN empréstimo	68.431,0	70.843,7	3,5	22,0
Requisitórios judiciais	18.905,3	10.717,4	-43,3	3,3
Total geral	310.876,7	322.413,2	3,7	100,0

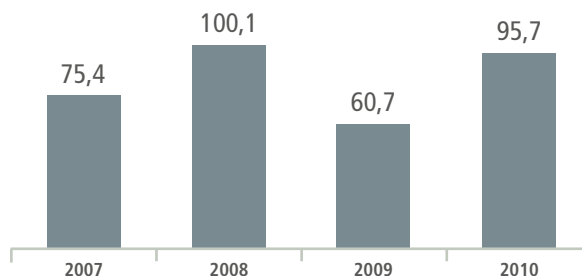
Fonte: Secretaria de Finanças.

3.4 INVESTIMENTOS

A definição de investimento utilizada nesta publicação inclui as despesas de capital empenhadas com obras e instalações, sentenças judiciais, equipamentos e material permanente, e inversões financeiras.

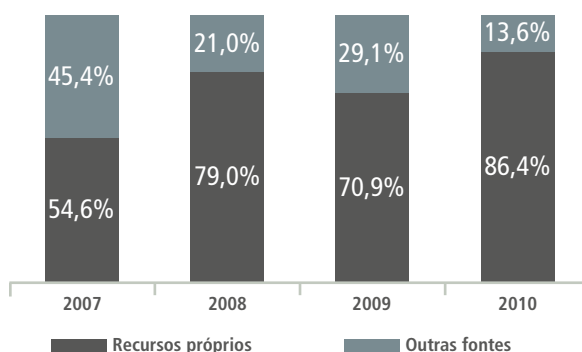
Após a contenção de 2009, necessária para manter o equilíbrio das contas públicas face à crise econômica mundial, os investimentos do Município de Jundiaí registraram um vigoroso crescimento em 2010, de 57,7%, quando totalizaram R\$ 95,7 milhões.

Evolução dos investimentos em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



De todo o montante aplicado em investimentos em 2010, R\$ 82,7 milhões, 86,4% do total, provieram de fontes de receitas próprias da Prefeitura, ou seja, não se originaram das transferências de capital dos demais entes da federação, nem da contratação de financiamentos bancários. Dos demais recursos, R\$ 9,4 milhões foram liberações de operações de crédito contratadas anteriormente (veja mais detalhes na página 16), R\$ 1,9 milhão foram recursos repassados pela União, R\$ 949,1 mil foram repassados pelo Estado e R\$ 729,4 mil totalizaram outras receitas de capital de valores menores.

Composição dos investimentos por fonte de recursos



Investimentos por fontes de recursos

Origem do recurso	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %
Recursos próprios	43.036,6	82.717,8	92,2	86,4
Operações de crédito	12.164,3	9.389,5	-22,8	9,8
Transferências de capital	4.582,4	2.877,0	-37,2	3,0
Transf. capital da União	1.345,4	1.928,0	43,3	2,0
Transf. capital do Estado	3.237,0	949,1	-70,7	1,0
Outras receitas de capital	911,4	729,4	-20,0	0,8
Total	60.694,8	95.713,7	57,7	100,0

Fonte: balanços municipais.

Composição dos investimentos

Item	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %
Obras e instalações	32.876,0	43.205,0	31,4	45,1
Sentenças judiciais	13.974,1	13.821,0	-1,1	14,4
Equipamentos e material permanente	8.716,1	13.353,7	53,2	14,0
Material de consumo	2.721,0	4.944,2	81,7	5,2
Outros	2.407,6	20.389,8	746,9	21,3
Total	60.694,8	95.713,7	57,7	100,0

Fonte: balanços municipais.



EMEB Maria Angela Lorençon
Bairro Corrupira

Alex Ribeiro

**Construção de apartamentos
na Vila Ana, em parceria com
a Caixa Econômica Federal**

Alex Ribeiro



Investimentos | 2010

Órgão	Descrição	Valor
		em R\$ mil
Secretaria de Obras	Pavimentação e retificação de vias urbanas.	19.995,4
	Pavimentação e retificação de estradas vicinais.	3.113,7
	Construção e reforma de pontes e viadutos.	3.067,5
	Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos.	1.116,5
	Construção de galerias de águas pluviais.	854,5
	Programa de mobilidade urbana.	711,8
	Estabilização de encostas e taludes.	587,1
Secretaria de Saúde	Reforma e adequação de Ambulatório de Medicina Especializada (AME).	7.290,8
	Construção e ampliação de Unidades Básicas de Saúde.	2.390,3
	Equipamento e material permanente para PA/SAMU/SAEC.	637,3
Secretaria de Educação e Esportes	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares (fundamental).	4.911,0
	Construção, ampliação e reforma de creches.	1.057,1
	Construção e ampliação de unidades escolares de pré-escola.	695,0
	Ampliação, construção e reformas de centros educacionais esportivos.	59,8
Secretaria de Serviços Públicos	Ampliação da rede de iluminação pública.	2.160,7
	Manutenção em vias públicas e estradas vicinais.	1.889,7
	Ampliação do Jardim Botânico.	448,6
	Ampliação do viveiro de mudas.	254,7
Secretaria de Transportes	Construção de abrigos.	973,9
	Ações de fiscalização e sinalização de trânsito.	605,3
	Implantação do comando central de operações do trânsito.	146,7
Guarda Municipal	Serviços e ações de apoio à segurança pública.	1.358,5
Secretaria de Finanças	Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT II).	369,4
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	Preservação da Reserva Biológica.	250,8
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Estudos para implantação do Parque tecnológico.	180,0
Aumento de capital da DAE S/A		17.550,0
Sentenças judiciais para pagamento de precatórios		13.821,0
Investimentos das demais secretarias		9.216,5
Total dos investimentos		95.713,7

Fonte: Secretaria de Finanças.

4 DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO



Alex Ribeiro

Alunos em sala de aula

Além das grandes categorias econômicas (pessoal, custeio, juros e amortizações da dívida, e investimentos), a despesa pública também pode ser analisada pela ótica funcional, ou seja, pelas áreas de aplicação dos recursos.

4.1 EDUCAÇÃO

Em 2010, a Prefeitura de Jundiáí despendeu R\$ 181,3 milhões com educação, 13,9% a mais que no ano anterior, respondendo por 21,6% de toda a despesa da Prefeitura. Como os recursos aplicados na educação devem alcançar

um percentual mínimo exigido pela Constituição, essa área é a que detém uma das maiores participações nos gastos das prefeituras de todo o país (veja mais detalhes no Saiba mais da página ao lado).

Em 2010, a Prefeitura atendeu a um contingente de 36.810 alunos em 117 unidades escolares. Nessas unidades são ofertadas vagas para os ensinos infantil e fundamental, educação especial, além da educação de jovens e adultos (EJA). O ensino médio público no município é oferecido, exclusivamente, pela rede estadual, que também atende a maior parte do ensino fundamental a partir do 6º ano, e a uma pequena parte da EJA.

SAIBA +

A APLICAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a atuação dos municípios na educação pública deve se concentrar, prioritariamente, nos ensinos infantil e fundamental. Para custear essas despesas, o mesmo artigo estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

As ações de MDE estão detalhadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96 – mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, dentre as quais se destacam: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; entre outras.

De acordo com a legislação atual, o município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de 25% de recursos em ações de MDE estará sujeito a diversas puni-

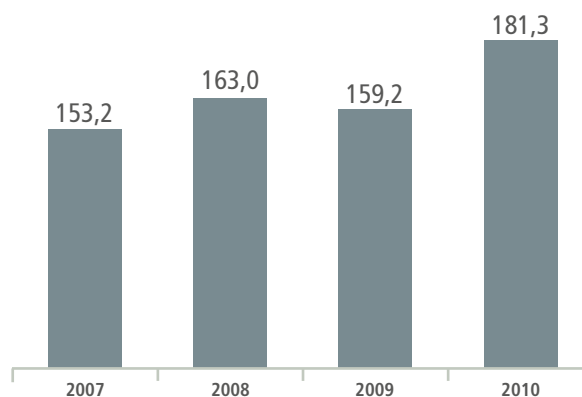
ções, cujas principais são: parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Federal Complementar nº 64/90, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios/subvenções/contribuições da União e do Estado (Lei 9.394/96, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/98, artigo 13, VIII); intervenção no município pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/96, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Federal Complementar nº 101/00, artigo 25, § 1º, IV, b); entre outras.

Em 2010, Jundiaí aplicou 25,75% das receitas vinculadas às ações de MDE, cumprindo assim a exigência constitucional. Ressaltamos que esse dado reflete a posição financeira do município em 31 de dezembro do exercício, podendo ser alterado após auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A maior parte (62,8%) dos recursos foi destinada ao ensino fundamental, somando R\$ 113,8 milhões, seguido pela educação infantil, com R\$ 62,9 milhões. Já as demais modalidades de ensino consumiram, juntas, R\$ 4,6 milhões. Essa estrutura de gastos se correlaciona fortemente com o quantitativo de alunos, visto que 51,7% do contingente discente estão matriculados no ensino fundamental, 28,8% no infantil, e 19,5% nas demais.

A Secretaria de Educação fornece mais de 80 mil refeições por dia na merenda escolar, dos quais 80% são alimentos orgânicos dos projetos Vale Verde e Horta Escolar, cultivados pelos próprios alunos.

Evolução da despesa com educação em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Despesa com educação por modalidade de ensino

Modalidade	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Ensino Fundamental	110.220,0	113.789,5	3,2	62,8
Ensino Infantil	46.357,0	62.897,2	35,7	34,7
Demais	2.581,2	4.647,5	80,1	2,6
Total	159.158,1	181.334,2	13,9	100,0

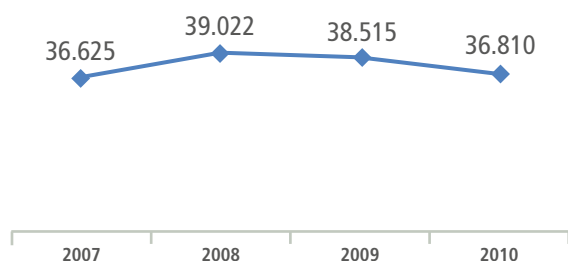
Fonte: balanços municipais.

Número de alunos por modalidade de ensino da rede municipal

Modalidade de ensino	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
			em %	
Ensino Fundamental	19.910	19.046	-4,3	51,7
Pré-escola	6.344	6.917	9,0	18,8
Educação de Jovens e Adultos	9.245	6.885	-25,5	18,7
Creche	2.706	3.669	35,6	10,0
Educação Especial	310	293	-5,5	0,8
Total	38.515	36.810	-4,4	100,0

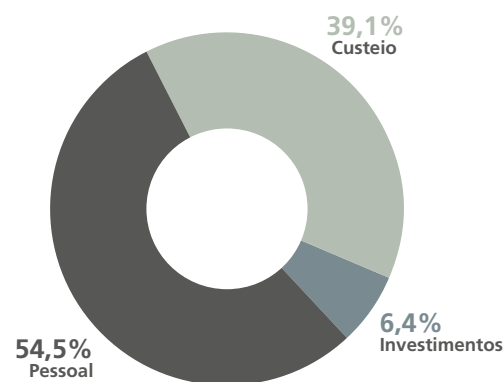
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Evolução das matrículas na rede municipal de ensino



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Despesa com educação por item | 2010



Quantitativo de unidades escolares da rede municipal

Tipo de unidade escolar	2009	2010
Pré-escola / Ensino Fundamental	52	52
Creche	25	29
Ensino Fundamental	25	28
Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)	16	7
Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos	1	1
Creche / Pré-escola	2	-
Creche / Pré-escola / Ensino Fundamental	3	-
Total	124	117

Fonte: Secretaria de Educação e Esportes

Os gastos com pessoal na função educação apresentaram uma queda de 4% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 98,8 milhões, enquanto as despesas com custeio tiveram aumento de 47,9%, passando de R\$ 48,0 milhões, em 2009, para R\$ 70,9 milhões, em 2010. Os investimentos também tiveram uma expansão significativa, de 39,5%, saltando de R\$ 8,3 milhões para R\$ 11,6 milhões, no mesmo período.

Entre os investimentos realizados destacam-se a construção de três escolas e a reforma e ampliação de mais cinco, além da cobertura de nove quadras poliesportivas.



EMEB Professor Anésio de Oliveira – Vila Marlene

Principais despesas com a função educação

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Pessoal	102.856,8	98.768,0	-4,0	54,5
Custeio	47.954,8	70.918,7	47,9	39,1
Investimentos	8.346,6	11.647,5	39,5	6,4
Total	159.158,1	181.334,2	13,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos em educação | 2010

Contrato	Descrição	Valor (em R\$)
010/2009	Construção da EMEB do Bairro do Corrupira.	1.268.997,72
163/2009	Construção da Creche do Bairro de Jardim Tamoio.	1.057.161,41
62/2009	Construção da EMEB do Bairro Vila Marlene.	945.563,92
157/2010	Reforma do Espaço João Guimarães Rosa - Complexo Argos (em andamento).	600.938,56
15/2010	Obra emergencial na EMEB Luzia Francisca - Ivtururucaia.	487.023,30
005/2010	Ampliação da EMEB Maria José Maia de Toledo - Jardim São Camilo.	393.085,93
34/2010	Reforma e ampliação da EMEB Fábio Rodrigues Mendes – Engordadouro (em andamento).	329.821,58
192/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Glória da Silva Rocha Genovese - VI Cristo (em andamento).	115.236,24
167/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Ivo de Bona - Almerinda Chaves (em andamento).	78.849,10
191/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Hermenegildo Martinelli - Jardim Vera Cruz (em andamento).	62.565,52
225/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Duílio Mazieiro - Toca (em andamento).	59.264,85
187/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Aparecido Garcia - Jardim Martins (em andamento).	44.605,75
188/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Pedro de Oliveira - Ponte São João (em andamento).	38.214,31
166/2010	Reforma e ampliação da EMEB Pedro de Oliveira - Ponte São João (em andamento).	37.652,80
199/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Lázaro de Miranda Duarte - VI Jundiainópolis (em andamento).	30.000,00
200/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Melânia Fortarel Barbosa - Poste (em andamento).	29.838,54
214/2010	Cobertura da quadra poliesportiva da EMEB Cléo Nogueira Barbosa - Novo Horizonte (em andamento).	20.724,69
170/2010	Reforma e ampliação da EMEB Geralda Berthola Facca - Jardim do Lago (em andamento).	14.536,29

Fonte: Secretaria de Educação e Esportes.

O FUNDEB

Além da aplicação mínima de 25% das receitas de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Lei Kandir, IPI-exportação, ITR, IPVA e IOF-ouro), a educação municipal também é financiada com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/06 e, atualmente, está regulamentado pela Lei Federal nº 11.494/07 e pelo Decreto nº 6.253/07. O Fundeb é um fundo de natureza contábil cujos recursos provêm das três esferas de governo, sendo que os municípios contribuem com 20% das transferências recebidas de ICMS, IPVA, ITR, FPM e Lei Kandir; os governos estaduais com 20% de suas arrecadações de ICMS, IPVA, Imposto sobre a Transmissão de bens Causa Mortis (ITCD), e repasses obtidos do IPI-exportação, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Lei Kandir; e a União com uma complementação de recursos, nos casos em que o repasse por aluno não alcança o valor mínimo anual definido nacionalmente.

O objetivo principal do Fundeb é promover a universalização, manutenção e melhoria da qualidade do

ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica pública, desde a creche até o ensino médio. O fundo é constituído no âmbito estadual e é distribuído entre o Estado e seus respectivos municípios de acordo com o número de matrículas no ensino básico de cada ente, levando-se em conta o piso nacional de aplicação de investimento por aluno, fixado por lei a cada ano. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades de renda existentes entre as várias regiões do país, uma vez que garante a cada ente governamental um repasse mínimo dos recursos, independentemente do nível de contribuição do mesmo junto ao fundo.

A aplicação dos recursos do Fundeb também deve seguir a orientação legal de destinar um mínimo de 60% à remuneração dos profissionais do magistério dos ensinos infantil e fundamental, e um máximo de 40% na manutenção e desenvolvimento do ensino básico. Em 2010, Jundiaí aplicou 92,32% dos recursos do Fundeb na remuneração do magistério municipal, ante os 60% definidos na Lei.

Alex Ribeiro

Creche Antonio Brunholi Netto - Jardim Tamoio



4.2 ESPORTE E LAZER

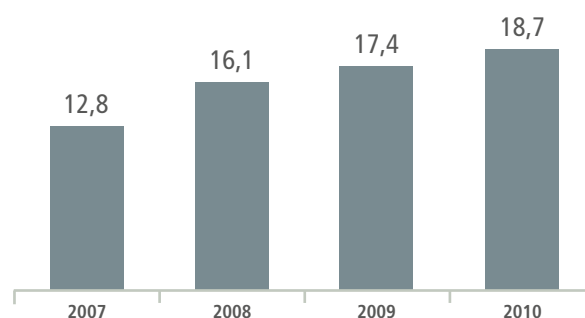
A Secretaria de Educação, por meio da Secretaria Adjunta de Esportes, é a principal responsável por gerir as ações de promoção do esporte e lazer no Município. Algumas ações esporádicas de lazer também são realizadas pela Fundação Casa da Cultura. Em 2010, Jundiá destinou R\$ 18,7 milhões para essa função, dos quais R\$ 13,3 milhões foram direcionados ao pagamento de pessoal, R\$ 5,2 milhões a despesas de custeio, e R\$ 213,1 mil a investimentos.

A quase totalidade dos recursos direcionados à função esporte e lazer (91,3%) foi destinada a programas voltados ao desporto comunitário e o restante para o desporto de rendimento e lazer.

A infraestrutura de apoio ao esporte em Jundiá conta atualmente com 18 Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (CECE), onde são realizadas as atividades de esporte educacional, rendimento e participação. Além disso, existem 22 Unidades de Apoio (UA) nos bairros que não contam com os complexos, com o objetivo de levar a prática esportiva e ginástica corporal a todos os moradores da cidade.

A Secretaria Adjunta de Esportes também é responsável pelo Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas (PEAMA), que tem por objetivo incluir socialmente as pessoas com deficiências física, intelectual, visual, auditiva e múltipla por meio da prática de atividades motoras, esportivas e recreativas. Atualmente, o programa conta com 230 alunos.

Evolução da despesa com esporte e lazer
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Despesa com a função esporte e lazer por programa

Itens	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			em %
Desporto comunitário	15.719,4	17.065,3	9,0	91,3
Desporto de rendimento	1.638,9	1.480,6	-9,7	7,9
Lazer	-	138,2	-	0,7
Total	17.358,3	18.684,1	7,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Distribuição de recursos por modalidade esportiva | 2010

Esporte educacional	Promover o acesso aos equipamentos esportivos de lazer e incentivar atividades motoras, beneficiando a população com educação completa.	
Programa Segundo Tempo: iniciação esportiva em ginástica circense, karatê, tae-kwon-do, tênis, ginástica artística e boxe.	R\$ 1.996.243,00	7.000 crianças e adolescentes atendidos
Esporte de rendimento	Incentivar a prática de esportes competitivos e apoiar atletas e entidades esportivas na participação de torneios e campeonatos.	
Jogos Abertos, Regionais da Juventude, Estaduais dos Idosos e Regionais dos Idosos.	R\$ 487.861,00	1.120 atletas atendidos
Esporte de participação	Contribuir para a integração social principalmente das pessoas portadoras de necessidades especiais e 3ª idade, na promoção da saúde e educação do indivíduo.	
Ginástica corporal, Ligas Amadoras, 3ª Idade, Dia do Desafio, Campeonato Amador, Circuito das Frutas, Olimpíadas, Olimpíadas da Uva.	R\$ 275.170,00	13.454 adultos atendidos

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.

Relação de Unidades de Apoio e de Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos, por bairro | 2010

Bairro	Unidade de Apoio (UA)	Complexo Educacional, Cultural e Esportivo (CECE)
Agapeama	-	CECE Antônio de Lima
Anhangabaú	-	CECE Dr. Nicolino De Luca – Bolão
Centro	UA Escola Estadual Benedito Loschi	-
Colônia	-	CECE Dr. Romão de Souza
Eloy Chaves	UA Centro Comunitário Eloy Chaves	-
Estrada Municipal do Varjão	-	CECE José de Marchi
Fazenda Grande	UA Fazenda Grande	-
Ivoturucaia	UA SAB de Ivoturucaia	-
Jardim Bonfiglioli	UA EMEB Antonio Messina	-
Jardim Brasil	UA Centro de Atendimento ao Trabalhador Elcio Guerrazzi (Sessão)	-
Jardim Esplanada	UA EMEB Jospe Leme do Prado Filho	CECE Nilo Avelino Macedo
Jardim Martins	-	CECE Francisco Álvaro Siqueira Neto
Jardim Petrópolis	UA Associação Atlética Floresta	-
Jardim Santa Gertrudes	-	CECE Vanderlei Antônio Sperandio
Jaú	UA Clube Jaú	-
Jundiá-Mirim	UA Paróquia Nossa Senhora do Carmo	-
Medeiros	UA Centro Comunitário Noberto Brunelli	-
Morada das Vinhas	UA Centro Comunitário Morada das Vinhas	CECE Morada das Vinhas
Parque Centenário	UA Centro Comunitário Parque Centenário	-
Ponte São João	UA Clube Recreativo São João	-
Retiro	-	CECE Benedito de Lima
Rio Acima	UA Clube de Campo da Associação Esportiva Jundiaense	-
Sarapiranga	-	CECE Léo Pereira Lemos Nogueira
Torres de São José	UA Centro Comunitário Torres de São José	-
Traviu	UA Traviu	-
Vila Aparecida	-	CECE Jardim Ângela
Vila Arens	UA Clube Nacional Atlético Clube	-
Vila Comercial	UA Paróquia São Pedro	-
Vila Cristo	-	CECE Antonio Marcussi
Vila Cristo Redentor	UA EMEB Glória da Silva Rocha Genovese	-
Vila Esperança	UA EMEB Amélia Lima Lopes	-
Vila Hortolândia	-	CECE Aramis Polli
Vila Jundiainópolis	UA SAB Boa Vista	-
Vila Liberdade	-	CECE Antônio Ovideio Bueno
Vila Municipal	-	CECE José Brenna (Sororoca)
Vila Nambi	-	CECE Antonio Lacovino
Vila Rami	-	CECE Francisco Dal Santo
Vila Rio Branco	-	CECE José Pedro Raymundo

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.



Secretaria de Comunicação de Jundiá



Competições PEAMA



Alex Ribeiro

CECE Antonio Iacovino - Vila Nambi

Despesa com a função esporte e lazer por item

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Pessoal	13.213,7	13.286,1	0,5	71,1
Custeio	3.729,1	5.184,8	39,0	27,7
Investimentos	415,5	213,1	-48,7	1,1
Total	17.358,3	18.684,1	7,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos realizados em esporte e lazer | 2010

Empenhos	Descrição	Valor (em R\$)
23205	Manutenção e reparo no piso, filtro e pré-filtro da piscina do CECE Dr. Nicolino de Lucca.	66.985,00
13611	Obra de reforma no telhado do CECE Francisco Dal Santo.	61.973,64
31826	Poste de concreto para instalação de rede de proteção em todos os CECEs.	41.965,00
Diversos	Aquisição de material e equipamento para manutenção em todos os CECEs.	26.196,34
12005	Compra e instalação do alambrado do CECE José Pedro Raymundo.	11.707,00

Fonte: Secretaria Adjunta de Esportes.



Centro Jundiense de Cultura – Josefina Rodrigues da Silva “Jorosil” (Pinacoteca)

4.3 CULTURA

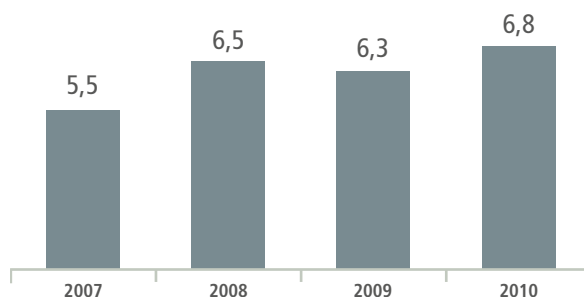
A política municipal de cultura é executada pela Secretaria de Cultura e pela Fundação Casa da Cultura, e conta com os seguintes equipamentos públicos na cidade: Centro das Artes (Sala Glória Rocha), Teatro Polytheama, Museu Histórico e Cultural, e Centro Jundiense de Cultura Josefina Rodrigues da Silva – “Jorosil” (Pinacoteca).

Em 2010, foram destinados R\$ 6,8 milhões ao setor, dos quais 94,2% foram usados na realização de ações de difusão cultural junto à população. Dentre essas, destacam-se as atividades descentralizadas, como as oficinas culturais de teatro, dança e música, realizadas em centros comunitários, igrejas, escolas, parques, jardins e terminais de ônibus (SITU). Além disso, são realizadas diversas ações de preservação do patrimônio histórico, democratização do Museu e da Pinacoteca, certificação de bens culturais imateriais, entre outras que valorizam o artista jundiense.

Em 2010, os custeios tiveram um aumento de 24,1%,

e consumiram R\$ 3,5 milhões, o que equivaleu a mais da metade do total das despesas ligadas à cultura. As despesas com pessoal tiveram uma redução de 5,8%, e somaram R\$ 3,2 milhões. Já os gastos com investimentos, R\$ 111 mil, representaram 1,6% do total.

Evolução da despesa com cultura
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Principais despesas com a função cultura

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Custeio	2.847,5	3.534,1	24,1	51,9
Pessoal	3.356,5	3.162,4	-5,8	46,5
Investimentos	83,1	111,0	33,6	1,6
Total	6.287,0	6.807,5	8,3	100,0

Fonte: balanços municipais.

Ações realizadas pela Secretaria de Cultura | 2010

Programa de Incentivo à Cultura	Desenvolver atividades que levam à formação de público e ao reconhecimento da diversidade cultural.	
Arte e Educação no Palco, Concertos, Dança da Glória, Espetáculos, Matinê, Produções Artísticas, Cine Clube, Viagem Fantástica, Vitrine da Dança, Carnaval, Virada Cultural Paulista, Oficinas Culturais, Festival de Dança e Festival de Música Canta Encanto.		133.500 atendidos
Preservação da História	Proteger e promover o patrimônio histórico e cultural, dinamizar a atuação dos museus.	
Exposições, Cine Zoom (documentários), Concertos de Inverno e Palestras.		25.500 atendidos

Fonte: Secretaria de Cultura.

4.4 SAÚDE

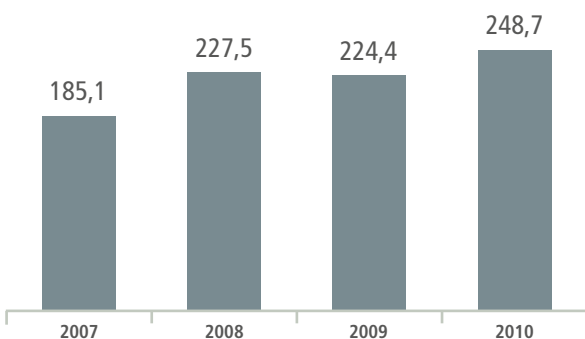
A saúde é uma das áreas que mais consome recursos dos municípios brasileiros. Em 2010, os gastos com saúde responderam por 25,5% de toda a despesa do Município de Jundiaí, totalizando R\$ 248,7 milhões. Esses gastos foram custeados com recursos próprios e repasses do SUS oriundos, sobretudo, da União, sendo que a Prefeitura arcou com 73,0% da despesa total.

Mais de dois terços da despesa com saúde referem-se ao custeio do setor, que inclui material de consumo, serviços

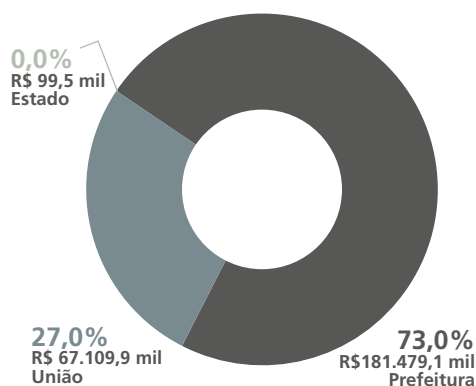
hospitalares, ambulatoriais, exames, medicamentos, dentre outros, totalizando R\$ 173,2 milhões, em 2010. Desse montante, R\$ 96,9 milhões foram direcionados ao Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, que detém 208 dos 336 leitos municipais de internação, além de realizar a maior parte dos atendimentos da rede pública municipal de saúde. Desse total, 63,5% são oriundos do tesouro municipal e 36,5% do governo federal.

Outra parte considerável de recursos dos demais custeios,

Evolução da despesa com saúde em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Origem dos recursos para saúde | 2010





Atendimento na UBS

Mário Sérgio Esteves

SAIBA +

APLICAÇÃO MÍNIMA NA SAÚDE

A aplicação mínima de recursos na saúde das três esferas de governo é determinada pela Constituição Federal no artigo 198, e no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias no artigo 77.

De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% das arrecadações do IPTU, ITBI, ISS e IRRF, bem como das transferências recebidas do ITR, IPVA, ICMS

e FPM. Entretanto, a maioria dos municípios ultrapassa esse percentual, já que os recursos transferidos pela União e pelo Estado não acompanham o crescimento da despesa com saúde, o que força os municípios a arcarem com uma contrapartida cada vez maior. Em 2010, o Município de Jundiá aplicou 22,84% dos seus recursos na cobertura das ações e serviços determinados pela Constituição, superando o limite mínimo exigido de 15%.

no montante de R\$ 25,6 milhões, dos quais 71,9% provieram do tesouro municipal e 28,1% do governo federal, foi destinada ao atendimento do convênio com a Faculdade de Medicina de Jundiá, responsável pela manutenção do Hospital Universitário, que cobre a área materno-infantil. Cabe destacar que ambos os hospitais atendem os usuários do SUS de Jundiá e das cidades da microrregião.

A despesa com pessoal apresentou um aumento de 10% e consumiu R\$ 64,7 milhões. Já os investimentos tiveram um acréscimo de 67,1% em relação a 2009, perfazendo um montante de R\$ 10,8 milhões. Entre as principais realizações destacam-se a construção e reforma das Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos bairros Morada das Vinhas, Jardim

Guanabara, Jardim Tamoio e Jardim Sarapiranga. Além disso, foram destinados R\$ 5,7 milhões para conclusão da reforma do prédio que irá abrigar o Ambulatório Médico de Especialidades (AME), e mais R\$ 127,2 mil para o projeto do futuro Hospital Regional (antiga Casa de Saúde Dr. Domingos Anastásio).

Cabe destacar que as novas UBSs dispõem de estrutura moderna, recepção espaçosa, consultórios arejados e ambientes adaptados para portadores de necessidades especiais, oferecendo atendimento médico básico à população, com clínica médica, ginecologia, obstetrícia, pediatria e atendimento odontológico, além dos procedimentos de rotina, como vacinação, curativos, teste glicêmico, aferição de pressão arterial, entrega de medicamentos, entre outros.

Principais despesas com a função saúde

Itens	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			em %
Custeio	159.178,2	173.207,8	8,8	69,6
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	94.032,1	96.942,4	3,1	39,0
Demais custeios	65.146,1	76.265,4	17,1	30,7
Pessoal	58.761,6	64.662,1	10,0	26,0
Investimentos	6.473,2	10.818,6	67,1	4,4
Total	224.413,1	248.688,6	10,8	100,0

Fonte: balanços municipais.

Despesa com saúde por nível de atendimento

Itens	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			em %
Assistência hospitalar	161.026,1	174.395,6	8,3	70,1
Atenção básica	46.570,6	52.886,5	13,6	21,3
Vigilância epidemiológica	8.812,4	9.831,3	11,6	4,0
Administração geral	5.158,2	6.714,7	30,2	2,7
Vigilância sanitária	2.845,8	4.860,4	70,8	2,0
Total	224.413,1	248.688,6	10,8	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos em saúde | 2010

Contrato	Descrição	Valor (em R\$)
199/08	Média/Alta Complexidade - Reforma do Ambulatório Médico de Especialidades.	5.693.555,23
167/09	Atenção Básica - Construção UBS Guanabara.	813.994,98
162/09	Atenção Básica - Construção UBS Jardim Tamoio.	552.241,45
171/10	Atenção Básica - Reforma UBS Agapeama.	365.000,00
132/10	Média/Alta Complexidade - Reforma Hospital Regional.	127.200,00
128/08	Atenção Básica - Reforma UBS Morada das Vinhas.	3.523,16

Fonte: Secretaria de Saúde.

Alex Ribeiro



Equipe de atendimento
do SAMU

Estrutura física de atendimento na saúde | 2010

Tipo de estrutura	Quantidade
Unidades Básicas de Saúde	31
Serviço de Atendimento Especial a Crônicos (SAEC) - ambulâncias ¹	15
Unidades de Saúde da Família - equipes	8
Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) - ambulâncias ¹	4
Pronto-atendimentos	4
Hospital Municipal ²	2
Ambulatório de Especialidades do Núcleo Integrado de Saúde (NIS)	1
Ambulatório de Especialidades da Faculdade de Medicina de Jundiaí	1
Ambulatório de Geriatria e Gerontologia	1
Ambulatório de Moléstias Infectocontagiosas	1
Ambulatório de Saúde da Mulher	1
Ambulatório de Saúde Mental	1
Centro de Atenção Psicossocial Adulto	1
Centro de Atenção Psicossocial Infantil	1
Centro de Referência em Saúde do Trabalhador	1
Centro Odontológico	1
Central Farmacêutica de Abastecimento	1
Núcleo de Apoio ao Portador de Deficiências	1
Seção de Controle de Zoonoses	1
Serviço de Verificação de Óbito - SVO	1
Serviço de Vigilância Epidemiológica	1
Serviço de Vigilância Sanitária	1
Serviço de Vigilância de Alimentos	1

Fonte: Secretaria de Saúde. **Notas:** ¹ SAMU e SAEC - número de unidades de transporte (ambulâncias). Existem ainda mais duas ambulâncias reservas para o SAMU; ² Hospital Municipal Materno e Infantil e Hospital Geral.

Número de leitos

Unidade	2009	2010
Hospital São Vicente de Paulo	209	208
Hospital Universitário	121	123
Centro de Atenção Psicossocial	5	5

Fonte: Secretaria de Saúde.

Número de atendimentos no Hospital São Vicente de Paulo

Tipo de atendimento	2009	2010
Pronto-socorro Adulto	80.851	91.639
Pronto-atendimento	117.342	86.800
Pronto-socorro Ortopedia	51.404	56.844
Ambulatório ¹	37.687	45.094
Internações	14.475	14.287
Cirurgias	6.242	6.228

Fonte: Hospital São Vicente de Paulo. **Nota:** ¹ especialidades e ortopedia.

Número de procedimentos por tipo de estrutura

Tipo de estrutura	2009	2010
Rede pública SUS ¹	4.071.809	4.337.253
UBS/PSF/Ambulatórios	1.348.196	1.389.671
Pronto-atendimento e Policlínicas	348.482	381.069

Fonte: Secretaria de Saúde. **Nota:** ¹ Corresponde a todos os prestadores do SUS (próprios, outorgados e conveniados).

Número de atendimentos no Hospital Universitário

Tipo de atendimento	2009	2010
Exames Laboratoriais	75.090	95.710
Atendimento Pronto-socorro	85.724	86.958
Exames de Diagnóstico por Imagem	26.591	29.410
Internações	10.394	10.245
Procedimentos cirúrgicos	4.005	4.314
Partos	3.507	3.536

Fonte: Hospital Universitário da Faculdade de Medicina de Jundiaí.



Atendimento UBS Jardim Tamoio

Número de profissionais nos hospitais municipais

	2009	2010
Corpo clínico do Hospital Universitário	271	291
Total geral de médicos em exercício do Hospital São Vicente de Paulo	205	224

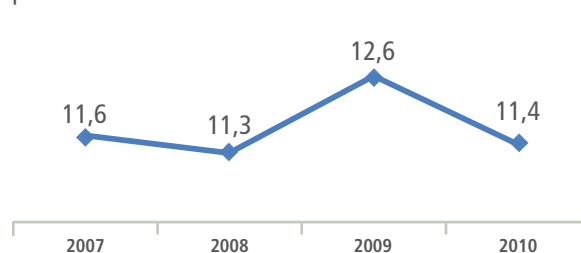
Fonte: Secretaria de Saúde.

Número de atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Programa de Saúde da Família (PSF)

Tipo de atendimento	2009	2010
Clínico	146.337	139.280
Ginecologia e obstetria	90.241	89.789
Enfermeiro	85.085	85.493
Pediatria	95.528	83.006
Odontologia básica	38.843	65.006
Médico PSF ¹	18.875	20.766

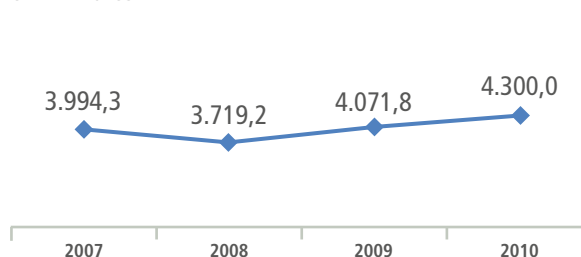
Fonte: Secretaria de Saúde. Nota: ¹ Atendimento por médico do PSF.

Índice de mortalidade infantil por mil nascidos vivos



Fonte: Secretaria de Saúde.

Número de procedimentos ambulatoriais na rede pública municipal de saúde em milhares



Fonte: Secretaria de Saúde.

SAIBA +

COMO FUNCIONA O SUS

O SUS foi instituído pela Constituição Federal de 1988, resultado de um longo período de mobilização social. Antes do SUS, somente as pessoas que contribuíam com a Previdência é que podiam ser atendidas pelo sistema público de saúde, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Com a nova Constituição a saúde passou a ser direito de todos. O SUS se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou

seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). A participação social através dos conselhos de saúde garante o controle social, outro princípio importante desse sistema.

O funcionamento do SUS está descrito na Lei Orgânica da Saúde aprovada pelo Congresso Nacional em 1990, na Lei Federal nº 8.142/90, nas Normas Operacionais Básicas de 01/93, 01/96, NOAS/01 e em diversas outras portarias e decretos. Veja mais sobre o financiamento do SUS na página 15.



Alex Ribeiro

4.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A definição da política municipal de assistência social em Jundiá é de responsabilidade da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SEMADS). Porém, algumas ações relacionadas ao setor são desenvolvidas pela Secretaria de Educação e Esportes, pelo Fundo Social de Solidariedade (FUNSS), e pela Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS). As despesas totais com essa função tiveram um crescimento de 13,6% em 2010, totalizando R\$ 35,3 milhões.

As despesas com custeio, de R\$ 18,9 milhões, foram as mais expressivas, e responderam por 53,4% do total, em 2010. Em seguida aparecem os dispêndios com pessoal, totalizando cerca de R\$ 16,0 milhões. Os investimentos, que consistem basicamente na aquisição de equipamentos para o setor, mais do que dobraram, passando de R\$ 201,6 mil, em 2009, para R\$ 533,6 mil, em 2010.

Em 2010, as despesas com alimentação e nutrição passaram a ser contabilizadas com as de assistência à criança e ao adolescente, de acordo com a norma que disciplina o setor. Os gastos com assistência comunitária aumentaram 14,5%, totalizando R\$ 14,7 milhões, e res-

ponderam por 41,6% do total, ao passo que as despesas com assistência aos idosos e aos portadores de deficiência consumiram R\$ 1,1 milhão.

Os vários programas voltados à assistência social do Município beneficiaram mais de 170 mil pessoas em 2010. Apenas nos programas executados no Centro de Referência da Juventude (CREJUV), Centro de Referência ao Idoso de Jundiá (CRIJU) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) foram realizados mais de 57 mil atendimentos.

Evolução da despesa com assistência social
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Principais despesas em assistência social

Itens	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %
Custeio	16.120,2	18.857,9	17,0	53,4
Pessoal	14.798,7	15.955,0	7,8	45,1
Investimentos	201,6	533,6	164,6	1,5
Total	31.120,6	35.346,5	13,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Despesa na assistência social por subfunção

Subfunção	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %
Assistência à criança e ao adolescente	1.731,4	19.547,7	1.029,0	55,3
Assistência comunitária	12.855,8	14.717,5	14,5	41,6
Assistência ao idoso	281,5	699,9	148,6	2,0
Assistência ao portador de deficiência	-	381,5	-	1,1
Alimentação e nutrição	15.518,5	-	-100,0	-
Demais subfunções	733,3	-	-100,0	-
Total	31.120,6	35.346,5	13,6	100,0

Fonte: balanços municipais.

Programas realizados pela SEMADS | 2010

Nome do programa	Objetivo do Programa	Total de atendimentos	Gastos com o programa (em R\$)
CREJUV	Serviço público destinado à convivência social, à participação cidadã e ao mundo do trabalho voltado para adolescentes e jovens na faixa etária de 12 a 24 anos com desenvolvimento de ações socioeducativas.	52.396	425.074,59
CRIJU	Articular a rede de Proteção Social ao idoso: Centro Público de Atendimento ao Idoso (CEPAI); Condomínio do Idoso; Projeto Idoso; Promotora do Idoso; e Conselho Municipal do Idoso.	2.239	564.854,39
CRAS	Unidade pública estatal de base territorial localizada em áreas de vulnerabilidade social responsável pela oferta continuada de serviços de proteção social básica e de assistência social às famílias, aos grupos e aos indivíduos.	3.009	211.691,27

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Semads).

Pontos de atendimentos sociais – SEMADS

Equipamentos sociais	Endereço
Plantão Social SEMADS e Família Acolhedora	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 504 - Centro
	Rua Primo Filipini, 65 - Jardim São Camilo
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Rua Manoel de Almeida Curado, 137 - Jardim Tamoio
	Av. Danielle Lourençon, 561 - Jardim Novo Horizonte
Centro de Referência da Juventude (CREJUV)	Rua Anchieta, 88 - Centro
Centro de Referência do Idoso (CRIJU)	Rua Dr. Cavalcanti, 396 - Vila Arens
Centro Público de Atendimento ao Idoso (CEPAI)	Rua Alexandre Ludke, 700 - Vila Hortolândia
	Rua Luiz Benachio, s/n - Colônia
Programa de Iniciação Profissional ao Adolescente (PIPA)	Rua Uva Niagara, 901 - Morada das Vinhas
	Rua José Carlos Tornes, s/n - Jardim Fepasa
	Av. Dr. Cavalcanti, 973 - Centro
Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS)	Av. Pedro Soares de Camargo, 587 - Anhangabaú
Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua (CREAS POP)	Av. Sebastião Mendes Silva, 559 - Anhangabaú
Nossa Casa e Casa de Passagem	Rua Messina, 451 - Jardim Messina
Casa Abrigo Sol	Endereço sigiloso (para garantir a segurança do usuário)
Casa da Cidadania	Rua Rangel Pestana, 766 - Centro
Conselho Tutelar	Rua General Osório, 85 - Centro

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.



Curso de culinária do FUNSS



Suplementação alimentar do Programa Criança Saúde

Pontos de distribuição da suplementação alimentar - Programa Criança Saúde

Bairro	Endereço
Anhangabaú	Av. Dr. Sebastião Mendes da Silva, 559
Baixada do Paraná	Rua Dr. Carlos Augusto de Castro, s/nº
Jardim Fepasa	Rua Sebastião de Oliveira Queiroz, 345
	Rua Oito, 5.546
	Estrada Municipal do Varjão, 2.549
Jardim Novo Horizonte	Estrada Municipal do Varjão, s/nº
	Estrada Municipal do Varjão, 4.677
	Rua Cinco, 1.311
Jardim Sales	Rua Augusto Maia, Via 4B, 43
Jardim Santa Gertrudes	Rua Ricardo César Favaro, Poste 523
	Rua Ângela Riveli, 1.020
Jardim São Camilo	Rua José Maria Whitaker, s/nº
	Rua Benedito Basílio de Souza Filho, 207
Jardim Sorocaba	Rua Um, S-287
Jardim Tamoio	Rua Carlos Ângelo Mathion, 1.370
Morada das Vinhas	Rua Uva Diamante Negro, em frente ao Bloco 5
Parque Centenário	Rua Plínio de Almeida Ramos, 476
Vila Ana	Rua Capitão Taurino José de Araújo, 248
Vila Comercial	Rua Angélica Queiroz Guimarães, 17
Vila Esperança	Rua Guilherme Augusto Baad, 314
Vila Hortolândia	Rua Alexandre Ludke, 700
Vila Maringá	Rua Um, 75
Vila Rio Branco	Av. Itatiba, 273
Vila Rui Barbosa	Rua Dois, 227
Vista Alegre	Av. João Forner, s/nº

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social. **Obs:** Em 2010 foram fornecidas 1 milhão de refeições.

Ações realizadas pela SEMADS em 2010

Indicadores de acompanhamento		Total de atendimentos
Proteção Social básica		
Atendimentos a pessoas com necessidades básicas.		24.255
Atendimentos a jovens em situação de vulnerabilidade social.		52.396
Pessoas acompanhadas nos territórios.		3.009
Idosos inscritos em atividades específicas.		2.152
Idosos em cuidados diários.		50
Pessoas em residência lar.		37
Pessoas em transporte especial (diariamente).		264
Proteção Social Especial		
Migrantes atendidos.		4.500
Atendimentos de crianças acolhidas provisoriamente, com acompanhamento das respectivas famílias.		1.200
Pessoas atendidas pelo Conselho Tutelar.		839
Adolescentes inscritos em programas de cumprimento de medida socioeducativa, e de apoio, orientação e acompanhamento temporário.		131
Famílias em situação de violação de direitos em atendimento (de outubro a dezembro).		95
Crianças e adolescentes abrigados temporariamente.		80
Pessoas em abrigo sigiloso.		54
Moradores de rua acompanhados.		45
Crianças e adolescentes acolhidos.		16
Outros		
Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais.		10.385
Famílias atendidas no Programa Bolsa Família.		6.585
Atendimentos da assistência judiciária.		6.147
Pessoas atendidas através de convênios deliberados pelos CMAS e CMDCA.		2.381

Fonte: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Cursos oferecidos pelo FUNSS em 2010

Fundo Social de Solidariedade		Número de participantes
Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, nº 92 - Centro		
Alimentação	Chocolataria artesanal, Sobremesas e Padaria artesanal.	870
Comunicação	Telefonista e Recepcionista, Informática.	360
Artesanato	Bijouteria, Bolsas, Corte e costura, Cosméticos em geral, Crochê e tricô, Customização, Lingerie, Macramê, Mosaico, Pintura em madeira, Pintura em tecido, Produtos de limpeza e Sabonetes.	743
Desenho	Desenho artístico, História em quadrinhos e Animação 2D.	241
Estética	Manicure e Pedicure.	300
Idiomas	Inglês.	150
Casa da Solidariedade		Número de participantes
Av. Senador César Lacerda Vergueiro, 111 - Jardim Ana Maria		
Alta Confeitaria	Confeitaria fina, Bolos de vitrine, Docinhos finos e Panetones e bolachas natalinas.	670
Outros	Pizzaiolo, Sushiman, Barman, Garçons, Babá/berçarista e Cuidador de idosos.	384

Fonte: Fundo Social de Solidariedade. Nota: todos são gratuitos. Para fazer sua inscrição, basta trazer somente o RG.



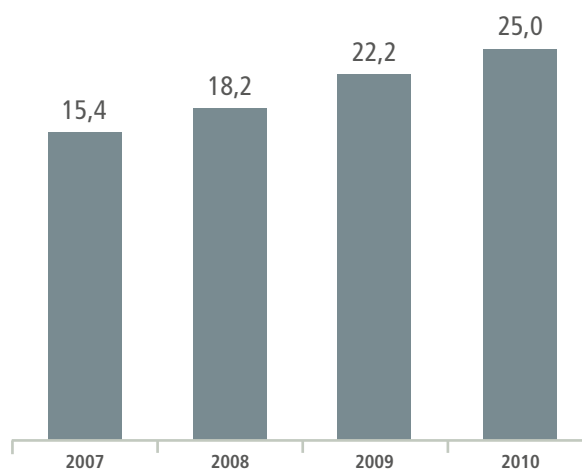
Canil da Guarda Municipal

4.6 SEGURANÇA

A função segurança pública em Jundiáí envolve as ações realizadas pela Guarda Municipal (GM) e Defesa Civil, além dos convênios de apoio ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Civil. Em 2010, as despesas totais na função tiveram um acréscimo de 12,5%, totalizando R\$ 25 milhões.

A maior parte da despesa com segurança foi destinada, exclusivamente, ao pagamento de pessoal da Guarda Municipal (83,5%), que possui um efetivo de 275 guardas. Em seguida aparecem os gastos com custeio, que totalizaram R\$ 2,7 milhões, consumindo 10,7% do total. As despesas com investimentos somaram R\$ 1,5 milhão, dentre as quais se pode destacar a aquisição de 14 veículos, armamentos, munições e outros equipamentos utilizados nas ações diárias da GM.

Evolução da despesa com segurança
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Principais despesas com segurança

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Pessoal	18.293,2	20.860,3	14,0	83,5
Custeio	2.192,2	2.676,3	22,1	10,7
Investimento	1.734,2	1.451,9	-16,3	5,8
Total	22.219,6	24.988,5	12,5	100,0

Fonte: balanços municipais.

Principais investimentos realizados em segurança | 2010

Contrato/Empenho	Descrição	Valor (em R\$)
Contrato 151/06	Serviço de vídeo monitoramento.	773.312,87
Empenho 22.396	Aquisição de 10 veículos VW-Parati (Convênio Governo Federal).	522.000,00
Empenho 22.395	Aquisição de 3 veículos Agrale-Jipe Marruá (Convênio Governo Federal).	480.000,00
Empenho 20.115	Aquisição de munição, serviço e treinamento.	80.028,00
Empenho 30.190	Aquisição de armamento.	56.535,00
Empenho 22.325	Aquisição de 1 veículo VW-Saveiro (Convênio Governo Federal).	37.490,00
Empenho 23.109	Aquisição de 19 rádios comunicadores – Tipo HT (Convênio Governo Federal).	13.110,00

Fonte: Guarda Municipal.

Além do patrulhamento, com rondas nas escolas e em todos os bairros da cidade, bem como do videomonitoramento dos principais pontos de movimentação urbana, a Guarda Municipal dispõe de um canil para apoiar as ações de segurança pública. Criado em 2003, o canil conta atualmente com 18 animais adestrados e preparados para as mais

variadas atividades como patrulhamento; operações de apoio à Defesa Civil como busca, resgate, salvamento e demais situações de socorro; demonstração de cunho educacional e recreativo; provas oficiais; formaturas e desfiles de caráter cívico-militar; combate à criminalidade, com farejamento e identificação de entorpecente; entre outros.

Atendimentos operacionais realizados pela Guarda Municipal

Descrição	2010
Patrulhamento - Rondas em propriedades municipais.	16.983
Patrulhamento - Ronda em unidades escolares.	2.506
Canil – Atendimento de ocorrências pelo canil.	810
Monitoramento – Registros de monitoramento.	629
Patrulhamento – Ocorrências com atendimento em escolas.	316
Divisão Ambiental – Ocorrências em área de preservação ambiental.	128
Monitoramento – Ocorrências registradas.	21

Fonte: Guarda Municipal.

SAIBA +

COMO FUNCIONA A SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é responsabilidade do Estado e direito de todos, conforme dispõe o artigo 144 da Constituição Federal. A segurança executada nos municípios fica a cargo dos governos estaduais, por meio das polícias Militar e Civil. No entanto, a Guarda Municipal de Jundiá auxilia na tarefa da segurança pública de forma supletiva, reforçando o policiamento local.

As competências da Guarda Municipal estão estabelecidas na Lei Orgânica do Município, e inclui a proteção das instalações, bens e serviços municipais; o apoio aos serviços municipais incumbidos ao exercício do poder de polícia; a fiscalização e a vigilância da Serra do Japi, promovendo, em colaboração com a Polícia Florestal e de Mananciais, a detenção e identificação de responsáveis por crimes ecológicos.



Casas em construção no Parque Centenário, em parceria com a Caixa Econômica Federal

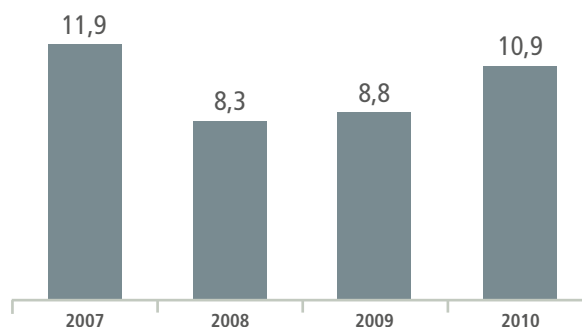
4.7 HABITAÇÃO

A FUMAS é o órgão criado para coordenar e atuar na implantação da política habitacional no Município de Jundiaí. Suas ações focalizam a construção de habitações de interesse social, realizando intervenções em áreas de ocupação irregular, como favelas, cortiços e outras formas de sub-habitações.

Todos os recursos aplicados em habitação são geridos pela FUMAS. Em 2010, eles alcançaram R\$ 10,9 milhões, valor que superou em 24,1% o montante executado no ano de 2009. Esse crescimento deveu-se à ampliação dos investimentos, que passaram de R\$ 3,6 milhões para R\$ 5,6 milhões no período, e responderam por 97,1% do incremento total registrado na função. As despesas com pessoal aumentaram 11,0%, totalizando R\$ 3,5 milhões.

Já os gastos com custeio tiveram uma redução de 13,5%, comparado ao ano anterior, o que representou uma economia de R\$ 283,8 mil.

Evolução da despesa com habitação em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Principais despesas com a função habitação

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Investimentos	3.576,9	5.643,6	57,8	51,6
Pessoal	3.131,1	3.475,8	11,0	31,8
Custeio	2.105,9	1.822,1	-13,5	16,7
Total	8.813,9	10.941,5	24,1	100,0

Fonte: balanços municipais.

Dentre os investimentos realizados pela FUMAS, em 2010, destacam-se a aplicação de R\$ 1,6 milhão na construção de 69 novas moradias na Vila Ana e no Parque Centenário, além da reforma de outras 115 nesse último bairro, cujas obras estão em andamento. Do total empenhado no ano, R\$ 1,0 milhão proveio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). O Município também despendeu

outros R\$ 2,8 milhões em pagamentos de indenizações pela desapropriação dos imóveis no Jardim São Camilo, onde será implantado um novo projeto de reurbanização do bairro.

Em 2010, a FUMAS aumentou o número de parcerias junto às instituições públicas ligadas à promoção de políticas habitacionais, ampliando a concessão de benefícios às famílias em risco social ou em situação de irregularidade fundiária.

Atendimentos realizados pela FUMAS | 2010

Nome do programa	Objetivo do programa	Número de atendidos
Programa de Atendimento, Auxílio e Prevenção (PAAP)	Atendimento preventivo, com fornecimento de materiais de construção para reforma de submoradias que se encontram insalubres ou em estado de risco, sob condições severas de intempéries.	120
Programa de Atendimento à Calamidade (PAC)	Atendimento emergencial, com fornecimento de materiais de construção para reconstrução de submoradias atingidas por eventos desastrosos, realizado em parceria com a Defesa Civil.	
Programa Planta Social	Atendimento aos munícipes de baixa renda, para orientação técnica, elaboração de projetos e providência de aprovação de plantas e habite-se.	370

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.

Principais investimentos em habitação | 2010

Contrato	Descrição	Valor (em R\$)
-	Desapropriações de imóveis para implantação do projeto habitacional no Jardim São Camilo.	2.754.500,00
43/2009	Construção de 36 unidades habitacionais na Vila Ana, em parceria com o governo federal (em andamento).	1.174.690,00
28/2010	Construção de 33 casas e infraestrutura de duas ruas no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento).	232.710,00
36/2009	Reforma de 115 moradias no Parque Centenário, em parceria com o governo federal (em andamento).	218.790,00
42/2009	Execução de obras preventivas de estabilização geológica e geotécnica da Viela do Lixão, no Jardim São Camilo em parceria com o governo do Estado de São Paulo.	178.960,00
18/2010	Contratação de levantamento e de projetos, visando à regularização fundiária e técnica do núcleo de submoradias no Jardim Tamoio.	16.500,00
	Contratação de levantamento planialtimétrico cadastral, visando à regularização fundiária e técnica do núcleo de submoradias no Jardim Santa Gertrudes.	16.400,00

Fonte: Fundação Municipal de Ação Social.

4.8 SANEAMENTO E URBANISMO

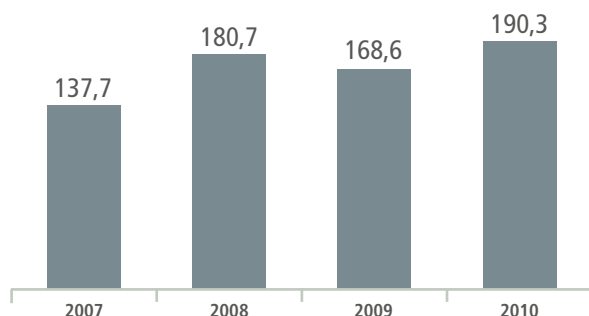
As despesas com saneamento e urbanismo são realizadas em conjunto pelas secretarias de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Planejamento e Meio Ambiente. Excepcionalmente, em 2010, devido à realização das obras do Programa Saneamento para Todos, somente a FUMAS executou as despesas com a função saneamento. Os gastos com essas duas funções tiveram um incremento de 12,9%, alcançando um montante de R\$ 190,3 milhões, quase um quinto de toda a despesa do Município.

A Secretaria de Serviços Públicos foi responsável por mais da metade (51,9%) dessa despesa, uma vez que cabe a ela a execução dos serviços de manutenção, limpeza e conservação da cidade, iluminação pública, paisagismo, entre outras atividades. A Secretaria de Obras, responsável pelas

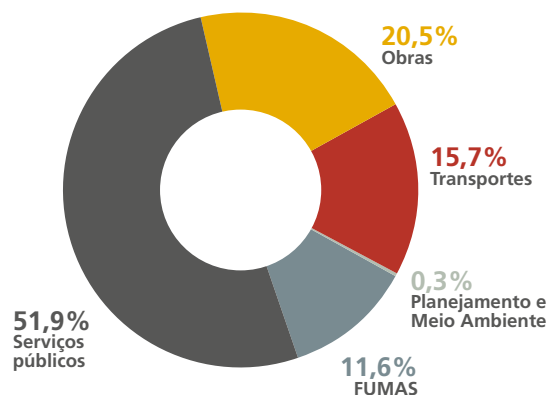
obras de pavimentação, desapropriações e retificação de vias, construção e reforma de pontes e viadutos, entre outros serviços, despendeu R\$ 39,0 milhões, o que representou 20,5% do total da despesa com essas funções.

Os gastos da FUMAS com saneamento e urbanismo, no montante de R\$ 22,1 milhões, foram direcionados ao Programa Saneamento para Todos. Somente nas obras ligadas à recuperação do canal do Córrego do Mato foram gastos R\$ 19,9 milhões. Esse programa está sendo realizado por meio de contrato com a Caixa Econômica Federal, cujos recursos do financiamento provêm do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e sua execução está a cargo da FUMAS, que já aplicou mais de R\$ 32 milhões desde o início do projeto, em 2008.

Evolução das despesas com saneamento e urbanismo em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Participação dos órgãos municipais nas despesas com saneamento e urbanismo



As despesas com investimento das funções saneamento e urbanismo tiveram um crescimento de 17,0%, o que significou um incremento de R\$ 8,3 milhões. Os gastos com custeio, que respondem por quase metade dessas despesas, saltaram

de R\$ 79,8 milhões para R\$ 91,4 milhões. Já as despesas com pessoal, utilizadas para o pagamento dos servidores das secretarias de Serviços Públicos, Obras, e Transportes, tiveram um aumento de 4,3%, totalizando R\$ 41,6 milhões.

Principais despesas com as funções saneamento e urbanismo

Itens	2009	2010	Varição 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %	
Custeio	79.761,5	91.443,6	14,6	48,1
Investimentos	48.939,5	57.260,9	17,0	30,1
Pessoal	39.849,2	41.558,9	4,3	21,8
Total	168.550,3	190.263,3	12,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Alex Ribeiro



Programa Saneamento para Todos (Av. 9 de Julho)

Discriminação da despesa empenhada nas funções saneamento e urbanismo | 2010

Descrição	Valor (em R\$ mil)
Função Urbanismo	170.088,7
Infraestrutura urbana	64.020,5
Mobilidade urbana	57.439,9
Pavimentação e retificação de estradas vicinais SMO	3.113,7
Construção e reformas de pontes e viadutos SMO	3.067,5
Pavimentação e retificação de vias urbanas SMO	19.995,4
Remodelação de passeios públicos - PROMOB SMO	711,8
Despesas variáveis com pessoal SMO	622,8
Manutenção de pessoal e encargos SMO	8.367,4
Pavimentação em vias públicas - Ampliação	1.777,1
Expansão da rede e dos pontos de iluminação pública	2.160,7
Manutenção - Pavimentação em vias públicas	7.704,6
Manutenção e reforma da rede de iluminação pública	9.919,0
Oferta de infraestrutura urbana	2.977,5
Pavimentação em estradas vicinais - manutenção	542,0
Gestão de obras de terraplenagem - estradas vicinais	130,1
Prevenção a inundações e defesa contra outros sinistros	2.558,1
Estabilização de encostas e taludes	587,1
Construção de galerias de águas pluviais	854,5
Dragagem, retificação e canalização de rios e córregos	1.116,5
Licenciamento de atividades e parcerias	16,4
Colocação e manutenção de placas toponímicas	16,4
Projetos especiais	498,7
Operações urbanísticas	498,7
Serviços urbanos	103.209,0
Mobilidade urbana	26.980,1
Implantação do comando central de operação de trânsito	146,7
Gestão das ações de direção de serviços finalísticos	11,1
Ações de fiscalização de trânsito	4.809,7
Ações de educação para o trânsito	263,3
Ações de sinalização de trânsito	6.017,3
Oferta de infraestrutura urbana	58,2
Revitalização e implantação de praças, parques e áreas ajardinadas	58,2
Cidade Limpa	70.438,1
Gestão das ações de limpeza pública	38.660,3
Tratamento e disponibilização final de resíduos oriundos de ações de limpeza urbana	14.655,2
Gestão de ações de limpeza e contenção de córregos e obras de drenagem	113,9
Prevenção a inundações e defesa contra outros sinistros	2.124,0
Serviços funerários e cemitérios	1.961,2
Manutenção de infraestrutura urbana	1.647,4
Construção de centro de serviços e unidades de manutenção	2,2
Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos leves e pesados	89,4
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos leves e pesados	1.555,7

Continua >>

>> Continuação

Descrição	Valor (em R\$ mil)
Transportes coletivos urbanos	2.859,2
Mobilidade urbana	2.859,2
Construção de terminais, corredores urbanos e estações de trânsito	147,1
Aprimoramento dos serviços de reforma de abrigos de transporte coletivo	1.015,5
Operação e fiscalização de transporte coletivo	900,6
Manutenção civil dos terminais urbanos e da rodoviária	796,0
Ações administrativas	35.576,1
Função Saneamento	20.174,6
Saneamento básico urbano	20.174,6
Prevenção a inundações e defesa contra outros sinistros	20.174,6
Obras de infraestrutura e saneamento básico	20.174,6

Fonte: balanços municipais.

Secretaria de Comunicação de Jundiá



Serviços de manutenção da cidade

Principais investimentos realizados pela Secretaria de Serviços Públicos | 2010

Descrição	Valor (em R\$ mil)
Execução de obras de pavimentação (aproximadamente 104 mil m ²) de vias públicas: Centro, Jardim Paulista, Cidade Nova, Colônia, Jardim Celeste, Morada das Vinhas, Fazenda Grande, Jardim das Tulipas, Jardim Guanabara, Parque Residencial Jundiá, Terra Nova, Varjão, e Vila Maringá.	9.481,7
Execução de obras de recapeamento (aproximadamente 121 mil m ²) de vias públicas: Anhangabaú, Centro, Vila Municipal, Cidade Nova I, Colônia, Vila Aparecida, Distrito Industrial, Loteamento Pai Jacó, Torres de São José, Vila Marlene, Jardim das Tulipas, Jardim Teresa Cristina, Paiol Velho, Terra Nova, e Vila Maringá.	
Ampliação de galerias de águas pluviais em vias urbanas e estradas vicinais / Substituição do sistema de drenagem de águas pluviais.	1.805,1
Execução de galerias de águas pluviais na região Centro: Centro, Jardim Botânico e Jardim Florestal - aproximadamente 1.091 metros.	
Execução de galerias de águas pluviais na região Leste: Jardim Pacaembu, Jardim Tamoio, Vila Aparecida, Vila Graff e Vila Nambi - aproximadamente 1.367 metros.	
Execução de galerias de águas pluviais na região Norte: CECAP, Distrito Industrial, Engordadouro, Fernandes, Horto Florestal, Jardim Celeste, Parque Centenário e Vila Marlene - aproximadamente 1.692 metros.	
Execução de galerias de águas pluviais na região Oeste: Fazenda Grande, Jardim Ritoni, Jd. Novo Horizonte, Parque Eloy Chaves e Terra Nova - aproximadamente 3.668 metros.	
Execução de galerias de águas pluviais na região Sul: Agapeama, Jardim do Lago, Tijuco Preto, Vila Arens e Vila Progresso - aproximadamente 570 metros.	1.216,2
Revitalização de aproximadamente 15.755 m ² de parques, praças, áreas de lazer e áreas verdes no seguintes locais: Centro, Chácara Urbana, Jardim Estádio, Jardim Pacaembu, Jardim Rosaura, Ponte São João, Terra da Uva, Vila Liberdade, Vila Maria Luíza, Vila Marlene e Vila Rio Branco.	
Implantação de aproximadamente 82.900 m ² de parques, praças, áreas de lazer e áreas verdes no seguintes locais: Fazenda Grande, Jardim Bonfiglioli, Jardim Celeste, Jardim Copacabana, Jardim das Tulipas, Parque Eloy Chaves, Recanto Parrilo, Residencial Terra da Uva, Vila Maringá, CECAP e Vila Santana.	
Execução de poda de copa, poda de raiz, remoção de árvores, recolhimento de galho e recolhimento de árvores caídas em diversos bairros de Jundiá (aproximadamente 20.748 árvores que tiveram algum tipo de cuidado pela Prefeitura).	540,5
Execução de obras de implantação de guias e sargetas (aproximadamente 12 mil metros): Parque do Currupira, Jardim Botânico, Jardim Ritoni, Viveiro Municipal e Varjão.	
Execução de obras de calçadas (aproximadamente 5 mil metros): Centro, Retiro, Vila Rio Branco, Cidade Nova, Colônia, Jardim Caçula, Jardim Tamoio, Toca, Vila Nambi, CECAP, Currupira, Jardim Celeste, Jundiá-Mirim, Jardim Guanabara, Jardim Sarapiranga, Jardim Novo Horizonte, Paque Eloy Chaves, e Vila Alvorada.	
Execução de obras civis de construção de passarelas, pavimentação de vielas, construção de escadas e quiosques de lazer: Centro (Av. Nove de Julho), Eloy Chaves, Jardim Tulipas, Jardim Florestal (Rua Ítalo Primo Bellini), Jardim Pacaembu (Quiosque na Praça Antonio Ricardo de Mello), Parque Nova República (Rua Hum), Ponte São João (Av. Luiz Zorzetti), Vila Aparecida, Vila Bandeirantes (Av. Liberdade) e Vila Santana (Rua Henrique Zambon).	
Demolição de imóveis nos seguintes locais: Anhangabaú (Cadeia Pública), Centro (parcela da Rua José do Patrocínio e Rua Vigário JJ Rodrigues; Rua Engenheiro Monlevade com Petronilha Antunes), Jardim São Bento (parcela da Rua José do Patrocínio), Ponte São João (Rua Alessio Zomignani nº 125), Ponte São João (Rua Cel. Antonio Mendes Pereira nº 36, 50, 58 e 100), Vila Argos (Rua Monteiro Lobato nº 321), Vila Graff (parcela da Rua Cel. Antonio Mendes Pereira) e Vila Joana (parcela da Rua Aléssio Zomignani).	
Produção de mudas para paisagismo em áreas públicas, conduzidas pela UNIDAM (Unidade de Desenvolvimento Ambiental), onde o Viveiro Municipal produz mudas de plantas arbóreas (apropriadas para calçadas), plantas arbustivas e forrações ornamentais.	419,8
Programa Delícia de Reciclagem, cujos objetivos específicos são troca de alimento fresco (verduras) por materiais (lixo) com potencial de reciclagem, promovendo um ambiente limpo e protegendo a saúde humana, nos seguintes bairros: Jardim Sorocabana, Santa Gertrudes, Vila Nambi, Vila Ana, Jardim Fepasa, Parque Centenário e Jardim São Camilo.	

Fonte: Secretaria de Serviços Públicos.

**Câmara Municipal,
anexo Prof. Chico Poço**

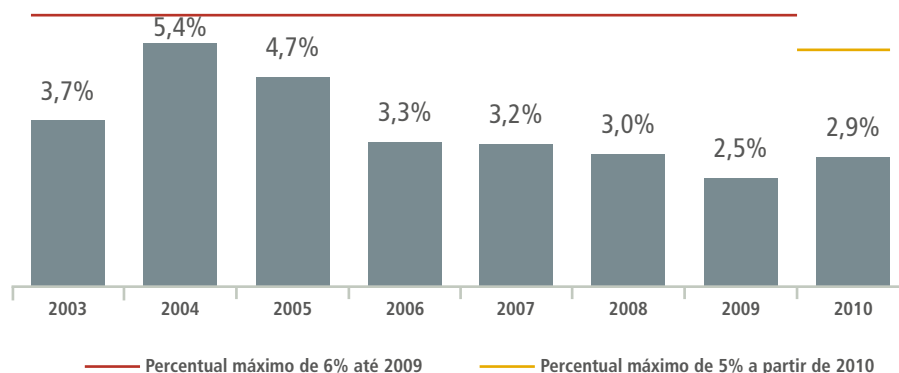


4.9 REPASSES À CÂMARA MUNICIPAL

Em 2010, a Prefeitura de Jundiaí repassou R\$ 18,3 milhões à Câmara Municipal, 20,3% a mais que no ano de 2009. Como as câmaras municipais não possuem recursos próprios, suas receitas provêm de transferências das prefeituras. No entanto, a Constituição Federal, no artigo 29-A, estabelece limites máximos a esses repasses, em relação ao somatório de algumas receitas municipais do ano anterior, de acordo com o tamanho da população local. Para municípios como Jundiaí, cuja população está entre 300 mil e 500 mil habitantes, esse limite foi de 6% até 2009. A partir de 2010 entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 58/2009 que diminuiu esse teto para 5%.

A Constituição também estabelece que a despesa com pessoal das câmaras não pode ultrapassar 70% de sua receita, cabendo punições ao presidente da Casa, caso esse limite não seja respeitado.

Percentual máximo de repasse à Câmara Municipal e percentual transferido



FUNÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as funções legislativas e fiscalizadoras das câmaras municipais brasileiras devem ser organizadas de acordo com a Lei Orgânica de cada cidade. A Lei Orgânica é a legislação que rege o funcionamento do município, tais quais as Constituições Estaduais e Federal.

Em Jundiaí, a Câmara Municipal é a responsável por elaborar as leis sobre os assuntos de interesse da cidade, suplementando a legislação federal e estadual, quando necessário; legislar sobre a cobrança dos tributos municipais e autorizar as isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas dos contribuintes; votar a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA), e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, durante o exercício fiscal; autorizar a obtenção e a concessão de empréstimos e operações de crédito, a alienação e a aquisição de

imóveis, a aprovação e alteração do Plano Diretor; entre outras funções.

Também cabe, exclusivamente, à Câmara Municipal dar posse ao prefeito e ao vice-prefeito, conhecer suas renúncias e afastá-los, definitivamente, do exercício do cargo; autorizar o prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do município por mais de 15 dias; fixar os salários do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais, dos vereadores, e do presidente da Câmara; criar comissões especiais de inquérito sobre fatos de competência municipal; requerer ao prefeito informações sobre assuntos referentes à sua administração; julgar o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nos casos previstos em lei; decidir sobre a perda do mandato de vereador; exercer, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município; além de conceder títulos honoríficos, entre outras atribuições.

**Segundo o Censo Demográfico 2010, do IBGE,
Jundiaí possui 370 mil habitantes**

Mário Sérgio Esteves



AGRICULTURA E ABASTECIMENTO



A zona rural de Jundiá se caracteriza por ter uma estrutura fundiária bem descentralizada, com a predominância de pequenas propriedades rurais, com menos de 50 hectares. A produção agrícola municipal é bem variada, voltada ao abastecimento dos mercados local e regional, com destaque para a fruticultura (em especial, a viticultura), e a horticultura.

SAIBA +

TERRA DA UVA

O cultivo da uva foi introduzido no final do século XIX com o início da imigração italiana no Município e, a partir da década de 1930, ganhou fortes incentivos tanto da iniciativa privada quanto do setor público, melhorando a qualidade e aumentando a produtividade na região.

Quase 75% da área cultivável de Jundiá são dedicadas à viticultura. Atualmente, o Município é um dos principais produtores de uva de mesa do Estado de São Paulo, especialmente da variedade Niágara Rosada, respondendo por aproximadamente 15% da produção estadual.

Devido à forte influência da cultura italiana, a produção de vinhos artesanais também é bem marcante na região. Essa produção artesanal é envasada pelos próprios fabricantes e comercializada diretamente nas propriedades agrícolas, por meio dos programas de turismo rural. Em 2008, foram produzidos quase 338 mil litros de vinho, dos quais 94,6% foram comercializados.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento é responsável por coordenar, fiscalizar e manter o sistema de abastecimento do município, visitando as propriedades rurais, atendendo e orientando os produtores quanto às técnicas de modernização de cultivos, ao uso correto e manejo do solo e a outras práticas ligadas ao desenvolvimento do agronegócio.

Outras iniciativas importantes desenvolvidas pela secretaria são: o Programa Pesca Econômica, que comercializa pescados de qualidade a preços acessíveis à população; Produtor na Praça, que permite a venda de frutas da época em diferentes locais da cidade, diretamente pelo produtor; o Circuito das Frutas nos Terminais, que tem como objetivo o incentivo à comercialização de frutas pelo produtor nos terminais urbanos; e o Procon Municipal.

No Procon, órgão de defesa dos direitos do consumidor, os cidadãos encontram orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre consumo, compra, pagamento de um bem ou serviço, planos de saúde (abusos e descumprimento de cláusulas, reajuste, adequação dos planos à nova legislação), habitação (atendimento ao locatário, cumprimento de cláusulas, análise de contratos residenciais, taxas, condomínios, informações sobre aluguel e venda, cobranças, indevidas), análise de contratos de créditos, mensalidade escolar, entre outras. Em 2010, foram realizados mais de 69 mil atendimentos.

5 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



Alunos da ESEF
em sala de aula

A administração indireta municipal é composta pelos órgãos ou entidades criados para a realização de serviços públicos e atividades governamentais de forma descentralizada da Prefeitura. Dentre as principais características que diferenciam essas entidades destacam-se: personalidade jurídica, criação autorizada por Lei e patrimônio próprio. Os exemplos mais comuns são as autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Em Jundiaí, a administração indireta é composta pela Escola Superior de Educação Física (ESEF), a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ), a Fundação Municipal de Ação

Social (FUMAS), a Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE), a Fundação Casa da Cultura de Jundiaí (FCC), e o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN). Em 2010, a receita de todas essas entidades totalizou R\$ 220,7 milhões, 6,9% a mais que em 2009, sendo que a maior parte desses recursos, 71,8%, originou-se de fontes de arrecadação próprias.

A ESEF executa todas as suas ações com as receitas arrecadadas pela própria entidade, por meio das mensalidades cobradas pelos cursos oferecidos. Em 2010, a Escola arrecadou quase R\$ 4,0 milhões, 18,7% a menos comparado aos R\$ 4,9 milhões recebidos em 2009.

Os recursos da FMJ cresceram 10,5% em 2010, o que resultou em uma receita de R\$ 41,0 milhões. Além dos recursos arrecadados pela própria Faculdade, em sua maior parte das mensalidades dos cursos de medicina e enfermagem, que totalizaram R\$ 15,4 milhões, o Município também repassou R\$ 25,6 milhões por conta de serviços prestados pelo Hospital Universitário (HU).

As receitas da FUMAS apresentaram um aumento real de 4,2%, passando de R\$ 34,8 milhões, em 2009, para R\$ 36,3 milhões, em 2010. Quase 90% delas foram originárias de transferências da Prefeitura.

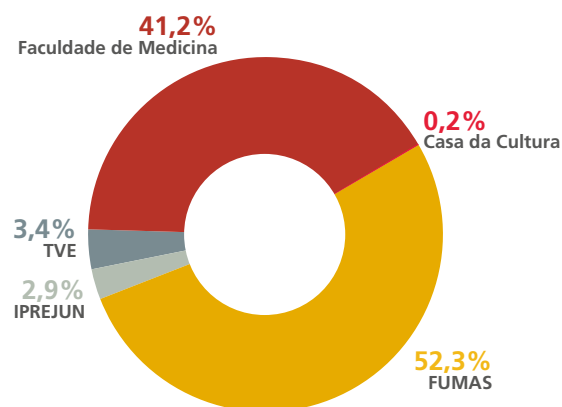
O funcionamento da TVE é quase todo custeado com os repasses da Prefeitura. Em 2010, 99,6% das receitas dessa instituição originaram-se dos aportes financeiros municipais, totalizando R\$ 2,1 milhões.

A FCC teve um incremento de 68,0% em suas receitas, passando de R\$ 200,6 mil para R\$ 337,1 mil, entre 2009 e 2010, dos quais R\$ 120 mil foram transferidos pela Prefeitura.

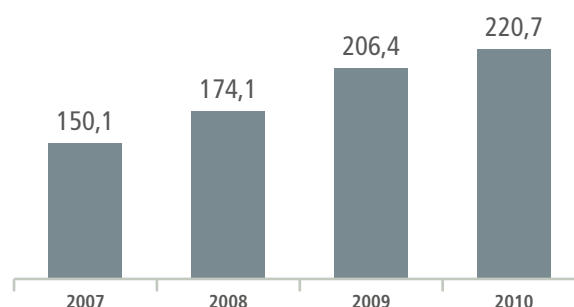
O IPREJUN é a entidade da administração indireta com o maior orçamento. Sua receita provém quase que exclusivamente de recursos próprios, como as contribuições previdenciárias dos servidores municipais e as patronais. Em 2010, a receita do IPREJUN cresceu 7,5%, totalizando R\$ 137 milhões.

A Prefeitura de Jundiá possui ainda participação acionária majoritária em duas empresas de economia mista: a DAE S/A – Água e Esgoto, e a Companhia de Informática de Jundiá (CIJUN), que não são dependentes do tesouro municipal.

Composição dos recursos transferidos à administração indireta | 2010



Evolução da receita total da administração indireta em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Receita consolidada da administração indireta

Origem dos recursos	2009	2010	Variação 2010/2009	Composição 2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010	em R\$ mil - IPCA médio de 2010		em %
Receita própria da administração indireta	149.060,2	158.495,3	6,3	71,8
Transferências da Prefeitura	57.346,7	62.227,1	8,5	28,2
Faculdade de Medicina	22.049,4	25.634,8	16,3	11,6
FUMAS	31.644,0	32.551,7	2,9	14,7
Demais	3.653,2	4.040,6	10,6	1,8
Total	206.406,9	220.722,4	6,9	100,0

Fonte: balanços municipais.

Receita da administração indireta segundo a fonte do recurso | 2010

Origem dos recursos	Receita própria		Recursos recebidos¹		Total
	Valor	Composição	Valor	Composição	
	em R\$ mil	em %	em R\$ mil	em %	
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.974,6	100,0	-	-	3.974,6
Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ)	15.385,2	37,5	25.634,8	62,5	41.020,0
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	3.742,0	10,3	32.551,7	89,7	36.293,7
Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE)	8,6	0,4	2.100,2	99,6	2.108,8
Fundação Casa da Cultura de Jundiaí (FCC)	217,1	64,4	120,0	35,6	337,1
Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN)	135.167,9	98,7	1.820,4	1,3	136.988,3
Total	158.495,3	71,8	62.227,1	28,2	220.722,4

Fonte: balanços municipais. Nota: ¹ Transferências recebidas da Prefeitura, de fundos, e recursos de operações de créditos.

Despesas da administração indireta | 2010

Entidades	Pessoal	Custeio	Investimentos	Total
	em R\$ mil			
Escola Superior de Educação Física (ESEF)	3.625,0	956,2	79,1	4.660,4
Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ)	10.031,9	28.354,8	1.224,7	39.611,4
Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS)	4.091,8	4.273,5	26.470,3	34.835,7
Fundação Televisão Educativa de Jundiaí (TVE)	1.781,0	318,5	59,3	2.158,8
Fundação Casa da Cultura de Jundiaí (FCC)¹	-	218,9	1,6	220,5
Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN)	36.915,8	325,1	-	37.240,9
Total	56.445,6	34.447,0	27.835,0	118.727,6

Fonte: balanços municipais. Nota: ¹ A Fundação Casa da Cultura não tem despesas com pessoal, pois funciona com servidores transferidos da Prefeitura.



Gestante sendo atendida
no Hospital Universitário

Mário Sérgio Esteves

6 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO



Central "Poupa Tempo"

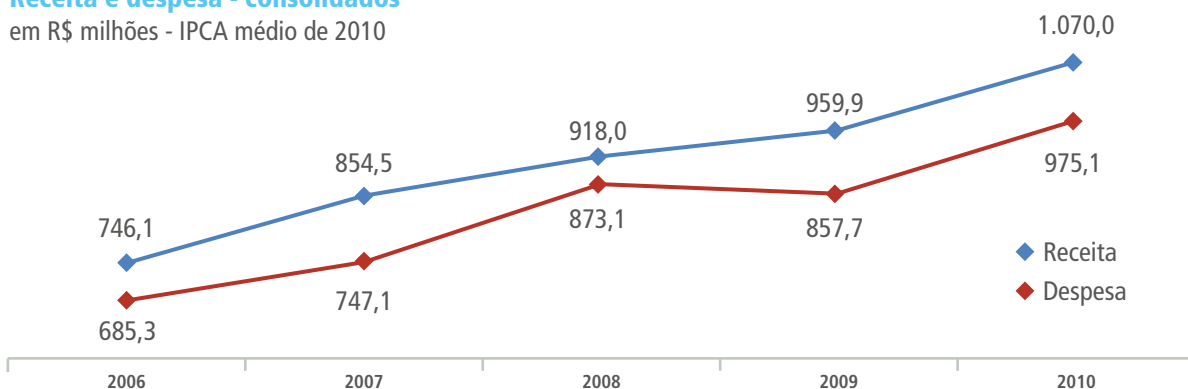
As finanças públicas do Município de Jundiaí têm apresentado bons indicadores ao longo dos anos. O resultado orçamentário, que é a diferença entre as receitas e as despesas, tem se mantido superavitário por quase uma década.

Em 2010, o saldo orçamentário consolidado do Município (ou seja, considerando todos os órgãos das administrações direta e indireta, juntamente com a Câmara Municipal), foi positivo em R\$ 94,9 milhões, que será utilizado para potencializar, ou cobrir eventuais quedas na arrecadação, no orçamento seguinte.

Superávit = receita > despesa

Déficit = receita < despesa

Receita e despesa - consolidados
em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Receita, despesa e resultado orçamentário

Itens	2007	2008	2009	2010
	em R\$ milhões - IPCA médio de 2010			
Receita total	854,5	918,0	959,9	1.070,0
Despesa total	747,1	873,1	857,7	975,1
Resultado orçamentário	107,5	44,9	102,2	94,9
Resultado / Receita total	12,6%	4,9%	10,6%	8,9%

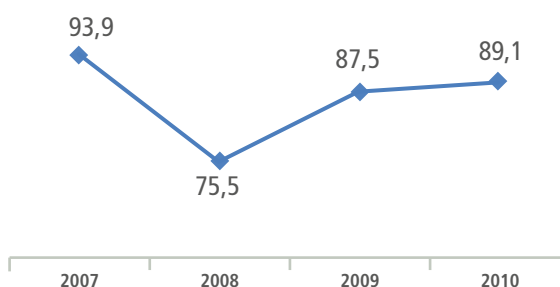
Fonte: balanços municipais. Nota: dados consolidados.

Outro indicador que pode ser utilizado para aferir a saúde financeira municipal é a disponibilidade de recursos em caixa, descontados os pagamentos que se devem efetuar aos fornecedores no curto prazo. É o que se chama em linguagem técnica de suficiência financeira, calculada pela diferença entre o ativo (recursos em caixa) e o passivo financeiros (pagamentos). O indicador mostra a capacidade do Município de honrar seus compromissos no curto prazo.

Para uma análise mais realística, tomou-se o cuidado de desconsiderar os dados do IPREJUN, na medida em que as suas reservas financeiras, apesar de integrarem o patrimônio consolidado do Município, não estão disponíveis para a utilização do mesmo, já que são destinadas a capitalizar

o fundo previdenciário dos servidores municipais. Dessa forma, a suficiência financeira disponível do Município de Jundiaí, em 2010, foi de R\$ 89,1 milhões.

Suficiência financeira consolidada (exceto IPREJUN) em R\$ milhões - IPCA médio de 2010



Suficiência de caixa

Órgãos	2007	2008	2009	2010
	em R\$ mil - IPCA médio de 2010			
Prefeitura	82.738,0	70.644,0	78.542,1	74.882,8
Administração Indireta	308.034,3	351.730,3	432.235,4	515.821,2
IPREJUN	296.859,0	347.059,6	423.510,5	502.942,0
Demais órgãos	11.175,2	4.670,7	8.724,9	12.879,2
Câmara Municipal	-29,3	202,6	193,2	1.317,7
Total	390.742,9	422.577,0	510.970,7	592.021,7

Fonte: balanços municipais.

CONSULTA PÚBLICA AO ORÇAMENTO

Todos os anos, durante a elaboração do Orçamento, a Prefeitura entrevista mais de 2.000 moradores em todos os bairros da cidade e abre um canal direto para a participação da população, pela internet, com o objetivo de ouvir quais são as prioridades nas diversas áreas da administração municipal.



PARTICIPE

www.jundiai.sp.gov.br

Câmara Municipal de Jundiaí **VEREADORES**

Ana Tonelli (PMDB)

☎ 4523.4576 | 4523.4524

✉ anatonelli@camarajundiai.sp.gov.br

Antonio Carlos Pereira Neto – Doca (PP)

☎ 4523.4522 | 4523.4582

✉ doca@camarajundiai.sp.gov.br

Domingos Fonte Basso (PSDC)

☎ 4523.4573 | 4523.4513 | 4523.4650

✉ ver.mingofontebasso@camarajundiai.sp.gov.br

Durval Lopes Orlato (PT)

☎ 4523.4577 | 4523.4505

✉ orlato@camarajundiai.sp.gov.br

Enivaldo Ramos de Freitas – Val (PTB)

☎ 4523.4527 | 4523.4528

✉ val@camarajundiai.sp.gov.br

Fernando Bardi, Dr. (PDT)

☎ 4523.4657 | 4523.4575

✉ ver.fernandobardi@camarajundiai.sp.gov.br

Gustavo Martinelli (PSDB)

☎ 4523.4653 | 4523.4520

✉ ver.gustavomartinelli@camarajundiai.sp.gov.br

José Carlos Ferreira Dias (PDT)

☎ 4523.4514 | 4523.4533

✉ zedias@camarajundiai.sp.gov.br

José Galvão Braga Campos – Tico (PSDB)

☎ 4523.4655 | 4523.4518

✉ tico@camarajundiai.sp.gov.br

Júlio César de Oliveira – Julião (PSDB)

☎ 4523.4508 | 4523.4509

✉ juliao@camarajundiai.sp.gov.br

Leandro Palmarini – Leandro do Bicho Legal (PV)

☎ 4523.4569 | 4523.4507

✉ leandrodobicholegal@camarajundiai.sp.gov.br

Marcelo Roberto Gastaldo (PDT)

☎ 4523.4581 | 4523.4529

✉ marcelogastaldo@camarajundiai.sp.gov.br

Marilena Perdiz Negro (PT)

☎ 4523.4574 | 4523.4504

✉ marilenanegro@camarajundiai.sp.gov.br

Paulo Sergio Martins, Dr. (PV)

☎ 4523.4510 | 4523.4502

✉ ver.paulosergio@camarajundiai.sp.gov.br

Roberto Conde Andrade, Pastor (PRB)

☎ 4523.4511 | 4523.4531

✉ pastorroberto.conde@camarajundiai.sp.gov.br

Sílvio Ermani (PV)

☎ 4523.4534 | 4523.4503

✉ silvinho@camarajundiai.sp.gov.br

R. Barão de Jundiaí, 128, Centro, Jundiaí, SP

Caixa Postal 183 | CEP 13201-010

Fone: 11 4523.4500 | Fax: 11 4586.2406 ou 4586.2407

www.camarajundiai.sp.gov.br

